

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

CRISTINA FENALTI

Monografia de Conclusão de Curso

**Os papeiros e seus trajetos pela cidade com carrinhos: novos cenários de exclusão e a
produção política da repugnância**

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

CRISTINA FENALTI

**Os papeiros e seus trajetos pela cidade com carrinhos: novos cenários de exclusão e a
produção política da repugnância**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito obrigatório para a obtenção da titulação de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrice Schuch

Porto Alegre

2014

AGRADECIMENTOS

A todos que fizeram parte dessa jornada. Aos meus colegas de trabalho e aos usuários e amigos do Consultório na Rua do Grupo Hospital Conceição, que me proporcionaram experiências e aprendizagens sobre população em situação de rua fundamentais e que me deram suporte para a continuidade de minha pesquisa. Aos colegas do curso de Ciências Sociais, amigos de outras vivências. Meus queridos professores que me fizeram ter outro olhar sobre o mundo. Em especial, à professora Patrice Schuch, sempre atenta aos meus anseios, orientando em todos os sentidos da pesquisa, com indicações de leituras e de caminhos que eu pudesse seguir e refletir sempre mais sobre o tema. Minha família sempre presente e meu porto seguro.

E a todos os meus interlocutores da Vila dos Papeleiros que permitiram que eu pudesse acompanhá-los e aprender um pouco sobre seu trabalho e seus modos de vida. Em especial aos papeleiros Gaúcho, César, César Júnior, Alexandra, Jacob, Matos, José e Leandra.

RESUMO

Este trabalho versa sobre questões relacionadas à categoria de trabalhadores conhecidos como papeleiros. Em um contexto de recentes restrições, no município de Porto Alegre, com referência a novas legislações, estes trabalhadores estão em processo de mudanças e adaptações. Através de uma pesquisa antropológica cujo trabalho de campo se realizou no primeiro semestre de 2014 e cujo local de partida foi a Vila dos Papeleiros (localizada na Avenida Voluntários da Pátria), houve o acompanhamento das rotinas de trabalho de alguns papeleiros, assim como de seus trajetos pela cidade com seus carrinhos. Para tanto, utilizou-se alguns referenciais teóricos relacionados à inserção da antropologia em políticas públicas, tecnologias de poder; cenários urbanos, redes de negociação; estudos relacionados à cultura material evidenciando algumas dimensões simbólicas e sociais da atividade com o lixo e com os carrinhos, suas técnicas e questões de consumo. A pesquisa buscou analisar como os papeleiros se relacionam com o lixo e com a cidade e como estabelecem suas redes através dos itinerários percorridos pelas ruas com seu instrumento de trabalho – o carrinho. Os resultados evidenciam que a inclusão destes trabalhadores e retirada dos carrinhos, justificada em nome de novos projetos de cidadania e de novos modos de inserção social não dá conta da complexidade quando se pensa em todo o “universo” relacionado e criado em torno do trabalho que é realizado nas ruas.

Palavras-chave: Atividades com o lixo; Antropologia e políticas públicas; Tecnologias de poder; Redes; Cultura Material.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Cenários Políticos e Espaços de Pesquisa	10
2 BIOPOLÍTICA, SEGURANÇA E NOVAS REGULAÇÕES DA HIGIENE	16
2.1 Novos Cenários de exclusão: Legislações e Políticas públicas relacionadas aos papeleiros, regulamentação da profissão e dados sobre resíduos sólidos no Brasil e em Porto Alegre.....	16
2.1.1 Legislações e políticas públicas relacionadas aos papeleiros	16
2.1.2 Regulamentação e reconhecimento da profissão	18
2.1.3 Gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil e em Porto Alegre	18
2.2 Controvérsias (reportagens) e Lutas políticas (MNCR)	20
2.2.1 Reportagens e controvérsias sobre as novas legislações.....	20
2.2.2 MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materias Reciclados	24
2.3 Biopolítica e novas formas de exclusão	25
2.3.1 Antropologia das Políticas públicas	25
2.3.2 Tecnologias de poder: Biopolítica/Biopoder	28
2.3.3 A Produção Política da Repugnância.....	29
2.3.4 A Produção Política da Repugnância, o Biopoder e a Legitimação das Fronteiras	30
3 REDES DE NEGOCIAÇÃO DE BUSCA E COLETA DE MATERIAIS ATRAVÉS DOS TRAJETOS PERCORRIDOS COM OS CARRINHOS PELA CIDADE	33
3.1 Histórico da Vila dos Papeleiros	33
3.2 Cenários Urbanos e Pesquisa Antropológica	36
3.3 Redes.....	38
3.3.1 As redes de Jacob e suas formas de trabalho	42
3.3.2 Redes, Circuitos de Troca e Organização Produtiva.....	43
3.3.3 Considerações Finais.....	46
4 CULTURA MATERIAL: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SENTIDOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS DA ATIVIDADE COM O LIXO E COM OS CARRINHOS	48
4.1 Modelos Econômicos e Modos de Viver	48
4.2 Consumo e Cultura Material	51
4.3 Relações entre o Técnico e o Humano.....	52
4.4 Dimensões Simbólicas da atividade dos papeleiros: entre impurezas, poluições e contágio ..	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	64

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FIGURA 1. Saída da Vila dos Papeleiros (Voluntários da Pátria) próxima ao túnel da Conceição, Fotografia, 2014. P. 35.

FIGURA 2. Alguns papeleiros realizam suas coletas diretamente nos contêineres (este localizado na Voluntários da Pátria), Fotografia, 2014, P. 41.

FIGURA 3. Jacob circulando pelas ruas do centro de Porto Alegre, em meio ao trânsito com seu carrinho, Fotografia, 2014, P. 47.

FIGURA 4. Carrinho utilizado para guardar e proteger pertences no túnel da Conceição, Fotografia, 2014, P. 56.

1 INTRODUÇÃO

A categoria de trabalhadores conhecidos como papeleiros, catadores ou carrinheiros está em processo de mudanças e adaptações, com relação ao seu trabalho. Em um contexto de recentes restrições, no município de Porto Alegre, com relação à Lei Complementar 728/2014 que institui o novo Código Municipal de Limpeza Urbana e com a Legislação 10531/08¹ que proíbe a utilização de carroças nas ruas da cidade e posterior restrição dos carrinhos (prazo de retirada até o ano de 2016), ofertando cursos em um programa para trabalharem em Cooperativas (Todos Somos Porto Alegre), verifica-se uma nova configuração para estes trabalhadores. Entender como esta categoria se relaciona com o lixo e com a cidade e como estabelece suas redes através dos itinerários percorridos pelas ruas com seu instrumento de trabalho – o carrinho -, são as questões principais que movem este trabalho. Através de uma pesquisa antropológica cujo trabalho de campo se realizou no primeiro semestre de 2014 e cujo local de partida foi a Vila dos Papeleiros (localizada na avenida Voluntários da Pátria), houve o acompanhamento das rotinas de trabalho de alguns papeleiros, assim como de seus trajetos pela cidade com seus carrinhos. Por meio desses engajamentos de pesquisa, este estudo visa contribuir para os debates em torno das práticas de governo de indivíduos e populações em contextos urbanos, em um cenário em que, na cidade de Porto Alegre, há uma importante modificação nas condições de trabalho e circulação dos profissionais envolvidos com a coleta e utilização do lixo.

Além disso, o tema proposto para a pesquisa é importante por levantar questões junto à categoria dos papeleiros, em Porto Alegre. Além da compreensão da maneira como trabalham nas ruas, como estabelecem relações com as diferentes pessoas que circulam pelo espaço público, como se configuram as suas redes de negociação pelos itinerários que percorrem e as relações que estabelecem com o lixo, a pesquisa pretende verificar também o entendimento, interesse e concordância dessa população com relação aos novos cursos ofertados pela prefeitura e posterior inserção em cooperativas e retirada de seus carrinhos, que deverá ser realizada até 2016.

Por se tratar de uma questão que evidencia a constituição de formas de governo que se realizam em torno da questão urbana e que definem modos e formas de circulação

¹ Lei Complementar 728/2014 institui o novo Código Municipal de Limpeza Urbana, atualizando as regras que vigoravam desde 1990 e atendendo às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos e Lei 10531/08 que institui no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana.

legítimas na cidade, assim como de suas apropriações e significações por parte de uma população cujas condições de vida se realizam em torno do que fica à margem da sociedade – o lixo - temos uma questão importante para a área de Ciências Sociais. Trata-se de uma população que sempre esteve à margem da sociedade e que sofre estigma e preconceitos dos mais diversos. De outro lado, através de questões formuladas na pesquisa, pensando em como se configuram as relações dessa categoria de papaleiros com o lixo e com a cidade, pode-se pensar em uma possível contribuição do trabalho acadêmico para o aperfeiçoamento ou criação de políticas públicas, que auxiliem na melhoria das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores e nos modos de gestão urbana. A questão da contribuição da antropologia na análise de políticas públicas implica em compreender os sentidos, múltiplas interpretações e conflitos que as políticas têm para atores situados em lugares diferentes. O antropólogo tende a focar como fazem as pessoas para dar sentido às coisas, o que querem dizer pra elas essas políticas, a maneira como esses discursos afetam suas vidas diárias. Ou seja, a política pública não como um pressuposto dado que não requer análises, e sim, como algo que deve ser investigado e problematizado (SHORE, 2010).

Considerando o contexto em que a pesquisa está inserida, observamos um momento de desafios, resistências e novas configurações com relação ao trabalho dessa categoria. O novo Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre foi aprovado pela Câmara Municipal em 2013 e sancionado em janeiro de 2014 (Lei Complementar 728/2014). O Código atualiza regras que vigoravam desde 1990 e atende às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Um ponto importante dessas novas políticas com interferência direta no trabalho da categoria é a definição que o Executivo Municipal adotará a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como formas de tratamento dos resíduos sólidos, encaminhando os resíduos recicláveis a unidades de triagem devidamente cadastradas e que essa coleta regular, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos ordinários domiciliares são de exclusiva competência do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). No Código, consideram-se atos lesivos à limpeza urbana realizar triagem ou catação no resíduo sólido disposto em logradouros públicos, de qualquer objeto, material, resto ou sobra, seja qual for sua origem, constituindo infração leve, punível conforme a Lei. Outra legislação anterior ao Código Municipal de Limpeza Urbana, já havia iniciado um processo de restrição relacionado ao trabalho dos papaleiros. A Lei 10531/08, que previa a redução gradativa do número de veículos de tração animal e de veículos de tração humana, estipulava que em oito anos seria

proibida, em definitivo, a circulação de veículos de tração animal e veículos de tração humana no trânsito do município de Porto Alegre.

Como efeito dessas regulamentações, em setembro de 2013, os carroceiros e carrinheiros de tração animal foram proibidos de circular pelas ruas da cidade. A fiscalização ainda está ocorrendo em algumas regiões, sendo recolhidos, com possibilidade de o proprietário retirar o veículo do depósito posteriormente. A proposta é que eles possam aderir a um programa denominado “Todos Somos Porto Alegre”, sendo indenizados pela retirada da carroça ou carrinho e os animais recolhidos pelo programa destinados à doação. “Todos Somos Porto Alegre” é desenvolvido para assegurar a inserção profissional dos condutores de carroças e carrinhos em razão do cronograma de restrição de circulação desses veículos. De acordo com a legislação, os papeleiros poderão transitar pela cidade com seus carrinhos (veículos de tração humana) até 2016, quando termina o prazo estipulado nessa legislação de 2008.

Como espero deixar claro ao longo deste trabalho, a partir do referencial teórico de Foucault (1976) esse processo de normatização e reformulação dos fluxos de circulação e instrumentos de trabalho referentes ao lixo urbano pode ser analisado em similaridade à lógica da análise do autor em torno do biopoder e sobre como o racismo relacionado à tecnologia de poder se concretiza em algumas ações governamentais. O biopoder é definido por Foucault (1976) como aquele que se realiza em nome da vida e bem estar da população e implica que a rejeição de uns grupos em relação aos outros seja realizada em nome de um equilíbrio e/ou de uma segurança em relação aos perigos internos ou externos à população. Acredito que a questão do trabalho que é realizado nas ruas, com carrinhos em meio ao trânsito de veículos motorizados e o fato de que os papeleiros trabalham com lixo – que pode nos remeter à ideia de sujeira e, portanto, de desordem, impureza – pode sugerir uma série de preconceitos e ideias com relação a sua atividade, fundamentalmente, com a noção de higiene. Douglas (1996) referencia estas questões, colocando a impureza como uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio. Tais profissionais sofrem estigmas, que, segundo Goffman (1988), pode ter um efeito de descrédito, um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem em relação às autoridades públicas que lhe impõem novas formas de governo. É neste cenário que não fala apenas de diversidade social no meio urbano, mas também de desigualdades nos modos de acesso e circulação pela cidade, que este trabalho se realiza.

1.1 Cenários Políticos e Espaços de Pesquisa

O instrumento de trabalho dos papeleiros – o carrinho -, ou segundo a legislação – veículo de tração humana – a ser retirado das ruas até 2016, é o ponto de partida da pesquisa. Ele atravessa todas as outras relações que esses trabalhadores estabelecem com a cidade, com o lixo ou materiais recicláveis, com as ruas da cidade e com os seus parceiros. A proibição atual do Novo Código de Limpeza Urbana de realizar triagem nos logradouros públicos e a questão sobre o transporte e destinação dos resíduos sólidos serem competência exclusiva do DMLU, são outras evidências que eliminam aos poucos o trabalho dos papeleiros.

Outro ponto a ressaltar é que a pesquisa foi realizada em um contexto de preparação e realização de um evento de grandes repercussões para o mundo, que é a Copa do Mundo no Brasil². O Código de Limpeza Urbana e sua fiscalização; a retirada de carroças e carrinhos gradualmente em alguns bairros da cidade; a privatização de espaços públicos, como exemplo, o Largo Glênio Peres, que foi colocado sob responsabilidade da empresa Coca Cola em 2012³ e a remoção de muitas famílias de bairros (como exemplo a Vila Tronco) devido a obras e duplicação de algumas avenidas da cidade, são alguns exemplos para pensar a inserção desse debate da nova legislação e retirada destes trabalhadores das ruas e encaminhamento ao programa Todos Somos Porto Alegre. Em análise dos significados da realização desses megaeventos no Brasil, dois aspectos podem ser focalizados: um deles por ocasião das cerimônias oficiais, atualizando as representações de brasilidade e outro mais difuso e fragmentado, relacionado em torno dos recursos públicos empenhados pelo Estado (DAMO; OLIVEN, 2013). O segundo enfoque permite identificar esse contexto de intensas manifestações, organização de coletivos e movimentos sociais pensando em duas premissas mutuamente implicadas:

A primeira delas é de que os recursos do Estado deveriam visar à coletividade, sendo essa premissa contrariada pela alegação de que os megaeventos esportivos contemplariam interesses privados (FIFA, grandes clubes de futebol, empreiteiras, quando muito setores pontuais da economia como hotelaria, turismo, segurança privada, entre outros). A segunda premissa supõe que, sendo os recursos do Estado limitados, dever-se-ia priorizar as demandas mais urgentes ou dos mais necessitados.

² A Copa iniciou as atividades oficialmente em 12 de junho e Porto Alegre foi uma das cidades-sede. A preparação e organização do evento iniciaram em período anterior, mas no primeiro semestre de 2014 foram intensificadas as ações descritas. Informações no portal da Copa <<http://www.portal2014.org.br/cidades-sedes/PORTO+ALEGRE/>>.

³ Sobre este acontecimento, destacamos o coletivo “Defesa Pública da Alegria” que se manifestou em defesa da humanização da cidade e contra a privatização do Largo Glênio Peres e de outros espaços públicos e foi violentamente reprimido pela ação da Guarda Municipal, em 2012.

Como os megaeventos tendem a concentrar muitos recursos em poucas obras, é difícil justificá-los com base no interesse coletivo, mas de certos grupos, quando muito. Também é complicado, para não dizer impossível, tratá-los como prioridades (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 38).

Damo e Oliven (2013) trabalham com os conflitos em torno dos recursos públicos, sem o objetivo de estabelecer juízos de valor com relação à consecução da Copa, observando que a justificação ou contestação dos empenhos públicos são orientadas por uma pluralidade de pontos de vista e produção de discursos bem articulados e politicamente orientados. Para este trabalho, este referencial é importante por possibilitar fazer um paralelo com o momento da pesquisa e às inquietações e mudanças que os papeleiros estão vivenciando em seu modo de vida e de trabalho. As legislações e políticas públicas relacionadas a estas mudanças não foram formuladas exclusivamente por razão da Copa, mas ficaram em evidência devido a esse contexto. Limpeza urbana, preocupações com o trânsito, com a visibilidade de pessoas em vulnerabilidade social, concentração de guardas em espaços públicos. Todos no empenho de forjar uma imagem de ordem, de limpeza, de organização. Embora eu vá dissertar sobre o assunto mais especificamente em momento posterior, é relevante trazer já neste espaço, algumas falas dos meus interlocutores de pesquisa, Alexandra (moradora da Vila dos Papeleiros, 36 anos e trabalha nas ruas há mais de 10 anos) e José (morador da Vila dos Papeleiros, 55 anos e trabalha há mais de 20 anos nas ruas). Demonstraram em vários momentos esses sentimentos de vigilância, de medo, de incertezas com relação ao seu trabalho nas ruas com os carrinhos:

“a partir de segunda vão tirar nossos carrinhos (...) não sei o que fazer... todo mundo na Vila tá apavorado. como vamos trabalhar? os guardas vão levar e multar” (Alexandra, 04/04).

“eu não vou entregar meu carrinho... trabalho há tanto tempo na rua que não quero ir pra lugar fechado, ganhar menos... tudo por causa dos turistas... não querem que vejam a gente na rua.. é sujo” (José, 30/04).

Dessa forma, foi nesse cenário político tenso e conflituoso que a pesquisa se desenvolveu. O trabalho foi realizado através de etnografia na Vila dos Papeleiros e arredores no centro de Porto Alegre. A ideia foi a aproximação e a interação com essa categoria, participando da triagem e busca de lixo, pelos trajetos que percorriam pelas ruas com seus carrinhos, no primeiro semestre de 2014, através de observação participante, conversas informais e revisão bibliográfica sobre o tema proposto, envolvendo referências a avaliação

de legislações e políticas públicas, a inserção da antropologia em políticas públicas, tecnologias de poder; cenários urbanos e pesquisa antropológica e questões relacionadas à redes de negociação; pesquisas relacionadas ao trabalho de papeleiros, estudos relacionados à cultura material evidenciando algumas dimensões simbólicas e sociais da atividade com o lixo e com os carrinhos, suas técnicas e questões de consumo.

A trajetória da pesquisa e o interesse pelo tema iniciaram no primeiro semestre da Graduação em Ciências Sociais. Cursava a primeira disciplina de Antropologia e o exercício de observação participante foi realizado com um senhor que trabalhava com reciclagem. Naquele momento, meu interesse era esboçar uma aproximação com as diferentes formas de se relacionar com o lixo. O trabalho no espaço das ruas era um tema que me inquietava. Daquela aproximação, surgiram diversos questionamentos que fui desenvolvendo e aprimorando ao longo do curso. No último ano de Graduação, solicitei remanejamento para um serviço, dentro do Grupo Hospitalar Conceição (local onde trabalho há seis anos), chamado Consultório na Rua⁴. O serviço faz parte da Atenção Básica na área da saúde e trabalha através de abordagens em territórios da zona norte de Porto Alegre, com a população em situação de rua. O envolvimento diário com essa população, fez com que eu buscasse autores, legislações e trabalhos relacionados ao tema.

A ideia inicial de um Trabalho de Conclusão em Antropologia era realizar etnografia nos espaços públicos e verificar as diferentes maneiras de ocupação destes espaços pela população em situação de rua. Meu primeiro contato foi com um senhor (Gaúcho) que trabalhava como papeleiro, na Avenida Voluntários da Pátria⁵. Optei por manter o primeiro nome ou apelido das pessoas com quem conversei e acompanhei no decorrer da pesquisa. O termo “papeleiros” também foi escolhido para denominar estes trabalhadores, por estarem vinculados à “Vila dos Papeleiros” e por ser a denominação que predominou na maioria das falas. Como a ideia inicial era entender as diferentes maneiras de ocupação do espaço público pela população em situação de rua, continuei realizando etnografia em outros espaços e conversando com vendedores, cuidadores de carros, pessoas que moravam nas calçadas, praças, viadutos. Devido a grande diversidade dessa população e ao curto período de um trabalho de conclusão, decidi seguir a sugestão de minha orientadora e optar por me concentrar no estudo de apenas um grupo: os papeleiros.

⁴ O Consultório na Rua é uma proposta que procura ampliar o acesso da população de rua e ofertar, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde, por meio das equipes e serviços da atenção básica. A organização e o funcionamento das equipes foram definidos através da Portaria Nº 122, de 25 de Janeiro de 2011.

⁵ Avenida no centro de Porto Alegre, de intensa movimentação de pessoas que trabalham com carrinhos. Conhecida também por Vila dos Papeleiros, local de moradia e concentração de usinas e lojas de reciclagem.

A categoria dos papeleiros me interessava em muitas dimensões, desde o seu trabalho, seus trajetos, suas relações com o lixo, com a população, com as ruas. Decidi recortar meu objeto através do foco no instrumento de trabalho dessa categoria e da percepção de que todas estas relações eram atravessadas pelos “carrinhos”.

O trajeto nas ruas foi feito com muitas dificuldades, em uma tentativa de acompanhá-los e entender suas relações com o carrinho e o trabalho de papeleiro. Como coloca Geertz (1989):

A situação é ainda mais delicada porque, como já foi observado, o que inscrevemos (ou tentamos fazê-lo) não é o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes nos podem levar a compreender. (GEERTZ, 1989 p. 14)

No início, acompanhá-los parecia uma tarefa impossível em meio ao trânsito. A agilidade e a facilidade em dirigir os carrinhos nas ruas, nas calçadas e a rapidez com que abriam contêineres, separavam materiais e atravessavam ruas, era uma experiência que eu só teria com o tempo. Aos poucos fui aprendendo a melhor maneira de se aproximar e acompanhá-los nos trajetos percorridos. Em alguns dias, acompanhava primeiramente seus trajetos e quando paravam pra descansar, me aproximava e começava a conversar e ajudar na coleta, sendo que depois seguia junto. Em outros momentos passava na Vila dos Papeleiros e seguia com algum deles, quando saíam das usinas de reciclagem, onde descarregavam os materiais. E ainda, em outros momentos, a aproximação foi quando realizavam a triagem próxima aos contêineres, nas calçadas.

De acordo com Beaud e Weber (2007), a pesquisa de campo não se parece em nada com um exercício escolar. Essa é, aliás, uma das razões essenciais que explicam a desconfiança, e mesmo o medo que ela pode suscitar. A pesquisa supõe o emprego de um certo número de "qualidades pessoais", aquelas de que se precisa em qualquer relação social um pouco imprevista como, por exemplo, a capacidade de entrar em relação com pessoas desconhecidas pertencentes a outros meios sociais que não o seu e de ganhar a confiança dos pesquisados, de negociar um lugar no campo, de ficar lá, capaz, às vezes, de "incomodar as pessoas". Em diversos momentos, senti essa dificuldade. Negociar o acompanhamento nas ruas foi uma situação bem difícil. Acompanhar nas calçadas, atravessar as ruas, sem falar nas outras pessoas de suas redes que estranhavam a minha presença ao lado do carrinho. Sem falar na melhor posição em que poderia acompanhar os carrinhos: atrás, ao lado, na frente. Aos poucos fui me adaptando a essas dinâmicas.

Em todas as situações procurei não atrapalhar ou interromper o trabalho deles. Informava que estava realizando uma pesquisa sobre os carrinhos e o trabalho dos papeleiros. A questão de estar disponível para ajudá-los na triagem e o interesse pela experiência deles, foi fundamental para estabelecer um vínculo e desenvolver os questionamentos da pesquisa. A utilização de gravadores não foi bem sucedida, pois as conversas se realizavam em meio às ruas, ao barulho do trânsito, sendo que minhas mãos tinham que estar disponíveis para ajudá-los. Depois de cada dia de campo, reunia as informações e anotava nos diários. Optei por não realizar entrevistas estruturadas e, sim, conversas informais, enfatizando pontos importantes para os objetivos da pesquisa e explorando outras situações que surgiam nas experiências em campo.

As redes que estabelecem com o comércio, prédios e condomínios residenciais e com as pessoas que circulam pelos espaços percorridos se evidenciaram ao longo da pesquisa. E o questionamento que traçarei no decorrer do trabalho sobre a retirada de seus carrinhos e inserção em cooperativas, esteve presente em todos os momentos. Outro ponto importante a destacar é a área em que realizei as pesquisas de campo. O ponto de partida foi a Vila dos Papeleiros, no centro de Porto Alegre. A partir daquele local, conforme as relações que fui estabelecendo, outros pontos de encontro foram combinados, mas sempre nos arredores da Avenida Voluntários da Pátria. Acompanhei, no decorrer da pesquisa sete papeleiros (Gaúcho, César, Jacob, Matos, José, Alexandra e Leandra), sendo o acompanhamento de alguns em mais de uma oportunidade. No decorrer do trabalho todos serão referenciados.

No primeiro capítulo, será apresentado um pouco do debate sobre políticas públicas, na área das Ciências Sociais, com um recorte na análise em antropologia e em como algumas políticas públicas são desenvolvidas evidenciando dimensões simbólicas na construção de um discurso de cidadania, e também, como as legislações e políticas públicas voltadas para a categoria dos papeleiros se relaciona com estas dimensões simbólicas, construídas a partir de uma suposta produção da cidadania; além de alguns dados sobre a profissão, lutas políticas e resíduos sólidos. O segundo capítulo propõe o trabalho com referência a redes de negociação estabelecidas pelos papeleiros com o comércio, condomínios e residências para busca e coleta de materiais; um referencial teórico associado a cenários urbanos e pesquisa antropológica, enfatizando alguns conceitos como redes sociais e como essas formas de organização e sociabilidade são desenvolvidas e um histórico da Vila dos Papeleiros, local de chegada e partida de muitos trabalhadores, integrando essas redes de negociação. O terceiro capítulo propõe uma aproximação com o campo da antropologia da cultura material, refletindo sobre

alguns conceitos ligados a algumas vertentes que trabalham com o estudo dos objetos, técnicas, materialidade. Referenciais teóricos que discutem a relação entre o técnico e o humano, consumo e cultura material e relações entre modelos econômicos e modos de viver serão discutidos, na tentativa de entender os mecanismos envolvidos no trabalho com o lixo e com os carrinhos. Além desse conjunto, alguns apontamentos serão esboçados sobre estigmas e questões simbólicas dessa atividade. Por último, considerações finais serão feitas sobre o trabalho, procurando verificar conclusões, reflexões, dificuldades e pontos que poderiam ser aprofundados, além da retomada de pressupostos iniciais do trabalho.

2 BIOPOLÍTICA, SEGURANÇA E NOVAS REGULACÕES DA HIGIENE

Neste capítulo apresentarei um pouco do debate sobre políticas públicas, na área das Ciências Sociais, com um recorte na análise em antropologia e em como algumas políticas públicas são desenvolvidas, evidenciando dimensões simbólicas na construção de um discurso de cidadania e de como as legislações e políticas públicas voltadas para a categoria dos papeleiros se relacionam com estas dimensões simbólicas, trabalhando com ideias de que a inserção em mercados formais de trabalho, não circulação e triagem de lixo nas ruas, possibilita melhores condições de vida a esses trabalhadores. O presente capítulo também apresenta dados e atualizações sobre o processo e trabalho com os resíduos sólidos no Brasil e em Porto Alegre; regulamentação e reconhecimento da profissão de catadores de materiais recicláveis e histórico do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis).

2.1 Novos Cenários de exclusão: Legislações e políticas públicas relacionadas aos papeleiros, regulamentação da profissão e dados sobre resíduos sólidos no Brasil e em Porto Alegre

2.1.1 Legislações e políticas públicas relacionadas aos papeleiros

O novo Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre foi aprovado pela Câmara Municipal em 2013 e sancionado em janeiro de 2014 (Lei Complementar 728/2014⁶). O Código atualiza regras que vigoravam desde 1990 e atende às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos⁷. Um dos pontos que interfere no trabalho da categoria é a definição que o Executivo Municipal adotará a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como formas de tratamento dos resíduos sólidos, encaminhando os resíduos recicláveis a unidades de triagem devidamente cadastradas e que essa coleta regular, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos ordinários domiciliares são de exclusiva competência do

⁶ Lei Complementar 728/2014 institui o novo Código Municipal de Limpeza Urbana, atualizando as regras que vigoravam desde 1990 e atendendo às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

⁷ Íntegra da Legislação disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>

DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). No Código, consideram-se atos lesivos à limpeza urbana realizar triagem ou catação no resíduo sólido disposto em logradouros públicos, de qualquer objeto, material, resto ou sobra, seja qual for sua origem, constituindo infração leve, punível conforme a Lei.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/10) utiliza o conceito ‘resíduo sólido’ e não lixo ou materiais recicláveis. Resíduo sólido, segundo a política é material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Outra legislação anterior ao Código Municipal de Limpeza Urbana, já havia iniciado um processo de restrição relacionado ao trabalho dos papeleiros. A Lei 10531/08⁸ que previa a redução gradativa do número de veículos de tração animal e de veículos de tração humana estipulava que em oito anos seria proibida, em definitivo, a circulação de veículos de tração animal e veículos de tração humana no trânsito do município de Porto Alegre. Em setembro de 2013, os carroceiros e carrinheiros de tração animal foram proibidos de circular pelas ruas da cidade. A fiscalização ainda está ocorrendo em algumas regiões, sendo recolhidos, com possibilidade de o proprietário retirar o veículo do depósito posteriormente. A proposta é que eles possam aderir a um programa denominado “Todos Somos Porto Alegre⁹”, sendo indenizados pela retirada da carroça ou carrinho e os animais recolhidos pelo programa destinados à doação.

Todos Somos Porto Alegre é desenvolvido para assegurar a inserção profissional dos condutores de carroças e carrinhos em razão do cronograma de restrição de circulação desses veículos. O programa atende a legislação e prevê a qualificação profissional dos trabalhadores e da atividade das unidades de triagem de resíduos sólidos. Para aqueles que desejam migrar para outras áreas de atuação profissional, o programa oferece cursos de formação - com a concessão de bolsa de estudo - e apoio para conquista de emprego com carteira assinada. Em janeiro, segundo dados da prefeitura, 2759 trabalhadores estavam cadastrados no programa.

⁸ Íntegra da legislação disponível no site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre <http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/integrais/Lei_10531.htm> .

⁹ Informações: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/folder_completo_braskem_catadores_final.pdf> .

De acordo com a legislação, os papeleiros poderão transitar pela cidade com seus carrinhos (veículos de tração humana) até 2016, quando termina o prazo estipulado nessa legislação de 2008.

2.1.2 Regulamentação e Reconhecimento da Profissão

Com relação à regulamentação da profissão, foi apresentado um projeto de lei que pretendia regulamentar as profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel, sendo vetado integralmente pela presidente Dilma Rousseff em 2012. O senador Paulo Paim, autor da proposta, justificou o projeto como forma de "resgatar do anonimato enorme contingente de trabalhadores, reconhecendo-lhes o mínimo de dignidade e direitos". A proposta determina que deva haver o registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, na jurisdição em que o catador exerce suas atividades. Em sua mensagem de veto, a presidente Dilma escreveu que a proposta poderia representar obstáculos imediatos à inclusão social e econômica dos profissionais sem lhes garantir direito ou benefício adicional. Em 2002, após a realização do I Congresso de Catadores em Brasília, o Movimento conseguiu uma de suas maiores conquistas que foi o reconhecimento da atividade pelo Ministério do Trabalho, oficializada na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Nessa classificação, os catadores de lixo são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável:

“Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança” (CBO, 2002).

2.1.3 Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Brasil e em Porto Alegre

Faz-se necessário a apresentação de alguns dados referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos e à atividade desses trabalhadores, indicando um cenário nacional e um cenário local. De acordo com Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2008), no Brasil, constitucionalmente, é de competência do poder público local o gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos em suas cidades. Dados oriundos da pesquisa identificam que 61,2% das prestadoras dos serviços de manejo dos resíduos sólidos eram entidades vinculadas

à administração direta do poder público; 34,5%, empresas privadas sob o regime de concessão pública ou terceirização; e 4,3%, entidades organizadas sob a forma de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios. Os serviços de manejo dos resíduos sólidos compreendem a coleta, a limpeza pública bem como a destinação final desses resíduos, e exercem um forte impacto no orçamento das administrações municipais, podendo atingir 20,0% dos gastos da municipalidade (PNSB 2008). A Região Sul destacou-se pelo número de entidades privadas atuando no setor, 56,3%, indicando que a terceirização dos serviços é uma tendência nos municípios da região, concentrando 60,2% dos municípios que dispunham de serviços terceirizados. A pesquisa relata que os primeiros programas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos no Brasil começaram a partir de meados da década de 1980, como alternativas inovadoras para a redução da geração dos resíduos sólidos domésticos e estímulo à reciclagem. Desde então, comunidades organizadas, indústrias, empresas e governos locais têm sido mobilizados e induzidos à separação e classificação dos resíduos. A PNSB (2008) revelou, ainda, que os municípios com serviço de coleta seletiva separam, prioritariamente, papel e/ou papelão, plástico, vidro e metal (materiais ferrosos e não ferrosos), sendo os mesmos assim negociados: comerciantes de recicláveis, como principais receptores finais desses materiais, com 53,9%; indústrias recicladoras, 19,4%; entidades beneficentes, 12,1%; e outras entidades, 18,3%.

Em nível local, de acordo com alguns dados obtidos junto ao DMLU (site da prefeitura de Porto Alegre), verificam-se três tipos de coleta na cidade: automatizada (lixo orgânico), realizada desde julho de 2011, através de contêineres em cinco bairros inteiros (Centro Histórico, Bom Fim, Cidade Baixa, Independência e Farroupilha) e em partes de outros oito bairros (Praia de Belas, Menino Deus, Azenha, Santana, Rio Branco, Santa Cecília, Moinhos de Vento e Floresta); coleta domiciliar (lixo orgânico) realizada três vezes por semana no restante da cidade (fora da área de contêineres) e coleta seletiva (lixo seco, reciclável) realizada três vezes por semana no Centro Histórico e duas vezes por semana no restante da cidade, atingindo 100% dos bairros. Recolhe resíduos recicláveis e reaproveitáveis como papéis (sem gordura), papelão, latas de alumínio, isopor, plásticos, metais, vidros e embalagens longa vida. E distribui tudo isso entre as 17 Unidades de Triagem conveniadas com o DMLU. Os caminhões coletam os resíduos recicláveis nos bairros e os encaminham para essas unidades de triagem (UT) conveniadas. Nesses locais, os trabalhadores fazem a separação (plásticos, papel, embalagens longa vida, vidro, isopor, garrafas plásticas), prensam, agrupam em fardos e negociam autonomamente a venda desses

materiais para a indústria de reciclagem e/ou reaproveitamento. Segundo informações do site, a Prefeitura fornece infraestrutura para as unidades de triagem e garante o custeio de manutenção com R\$ 2.500,00 por mês. O resultado da comercialização dos resíduos é dividido entre os integrantes das associações ou cooperativas que gerem cada unidade. Observando os endereços das 17 unidades de triagem cadastradas, identifica-se que três localizam-se na Vila dos Papeleiros: UT Reciclando pela Vida, UT Anjos da Ecologia e UT Mãos dadas com a Ecologia. Cabe salientar que a cidade conta com um número grande de atravessadores, comerciantes e outras entidades que não estão cadastradas ou conveniadas com a prefeitura e que são o destino dos materiais que os papeleiros coletam pelas ruas. O DMLU divulga horários de coleta em cada bairro (como descrito anteriormente) e os papeleiros se organizam de maneira a coletar antes do caminhão da prefeitura.

2.2 Controvérsias (reportagens) e Lutas Políticas (MNCR)

2.2.1 Reportagens e controvérsias sobre as novas legislações

Embora a pesquisa de reportagens não tenha sido minha prioridade ou mesmo tenha sido realizada de modo sistemático, acredito que é importante trazer tais matérias jornalísticas para mostrar certo debate público sobre os possíveis efeitos e implicações das novas legislações na cidade de Porto Alegre. Analisando algumas reportagens que foram veiculadas em mídias digitais em 2013 e 2014 sobre as novas legislações, incluindo matérias sobre o Programa Todos Somos Porto Alegre, verificam-se diferentes posições entre gestores, representantes do movimento dos catadores e pesquisadores.

Em entrevista publicada em 08 de março de 2013, no site do Instituto Humanitas da Unisinos, o vice-prefeito e autor da Lei nº 10531/08, Sebastião Melo, coloca que a ideia da legislação não é tirar os carrinheiros e carroceiros “na marra” da cidade para mostrar que eles não existem, e sim, realizar uma transposição, reconhecendo que se trata de uma questão social. Ressalta ainda, que o projeto não possui relação com a Copa do Mundo de 2014 e que reconhecem que essas pessoas dependem dessa laboração e não podem retirá-los do trânsito sem dar uma “porta de saída”. Relaciona com o caso em que o governo tirou os camelôs do centro de Porto Alegre, mas construiu o camelódromo. Sebastião Melo informa que os programas de capacitação são vários e que se o cidadão quer continuar trabalhando com a questão do lixo, existem 18 galpões de reciclagem e a central de triagem na capital. Sobre o

processo de recolhimento e triagem do lixo, informa que reconhecem o papel importante desses atores sociais, no entanto, o DMLU recolhe o lixo de duas a três vezes por semana nos 83 bairros da cidade. Que ele dá conta de recolher o lixo. Porto Alegre tem a coleta regular do lixo orgânico, a coleta regular do lixo reciclável e as coletas especiais para restaurantes. O DMLU presta um serviço para a cidade e cobra por isso.

“O problema é que quando o caminhão do DMLU chega em algumas casas, o carroceiro já passou na frente, porque ele é mais ágil nisso, e sabe os dias e horários em que passam os caminhões. Mas das 100 toneladas que chegam aos galpões de reciclagem, só saem 50 toneladas, porque 50 são rejeito. Muitas vezes o carroceiro faz a separação do lixo na porta da casa do cidadão, tirando aquilo que lhe interessa e espalhado o resto. Se tem garrafa pet misturada com jornal, ele pega a garrafa pet e deixa o jornal. Isso é a vida real. Então, estamos dizendo que o DMLU tem condições de recolher o lixo, porque se gasta muito dinheiro com isso. Se o atual carroceiro tem muito a contribuir com a cidade, se ele quiser continuar trabalhando com o lixo, terá oportunidade de trabalhar nos galpões e nos locais de triagem, e não mais buscando lixo na porta de cada um de nós”.

Em reportagem publicada em 01 de setembro de 2013 no site Terra, já tínhamos o anúncio que os veículos de tração humana ou animal deveriam deixar de ser utilizados na cadeia de reciclagem. O texto explicava que a partir daquela semana já ocorreria restrição de circulação de veículos de tração animal (VTAs) e veículos de tração humana (VTHs) pelas ruas de Porto Alegre. E que a restrição seria aplicada a sete das 17 regiões administrativas da cidade: Centro-Sul, Cristal, Cruzeiro, Glória, Lomba do Pinheiro, Partenon e Sul. No primeiro mês, os agentes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) iriam orientar carroceiros e carrinheiros sobre a proibição de trafegar naquelas regiões e que material de divulgação e orientação sobre a iniciativa também seria distribuído pela EPTC e pelo programa Todos Somos Porto Alegre. Que a partir de outubro daquele ano, carroças e carrinhos em trânsito naquelas regiões poderiam ser recolhidos pela EPTC, com possibilidade de o proprietário retirar o veículo do depósito posteriormente. Carroças e carrinhos entregues ao programa seriam indenizados, sendo esse um dos benefícios oferecidos pela ação e que os animais recolhidos pelo programa seriam destinados à doação. O texto ainda fala que programa se destinaria a assegurar a inserção profissional dos condutores de carroças e carrinhos em razão do cronograma de restrição de circulação desses veículos. Para aqueles que desejassem migrar para outras áreas de atuação profissional, o programa ofereceria cursos de formação - com a concessão de bolsa de estudo - e apoio para conquista de emprego com carteira assinada.

Segundo dados da reportagem, naquele momento havia mais de 300 carroceiros e carrinheiros cadastrados no programa, nas regiões que haveria restrição. Informava ainda,

que, em Porto Alegre, o programa deveria beneficiar 1,8 mil famílias de carroceiros, catadores, carrinheiros e de outros profissionais vinculados a unidades de triagem. O programa ofertaria possibilidade de encaminhamento para vagas de trabalho, para qualificação profissional com bolsa de formação de um salário mínimo - R\$ 678 - por mês. A carga horária da qualificação seria de quatro horas diárias, com duração média de três meses. Também estaria previsto pagamento de indenização para carroça, cavalo e carrinho entregue ao programa. Naquele momento havia 1.102 trabalhadores cadastrados no Todos Somos Porto Alegre.

Em outra reportagem veiculada em 03 de setembro de 2013 no site Sul21, temos o depoimento do sociólogo, ex-catador de materiais recicláveis e militante do MNCR, Cristiano Oliveira. Na reportagem, afirma que a lei representa um processo de criminalização do trabalho dos catadores e que não há um reconhecimento do sujeito catador que é historicamente invisível. Para ele, a legislação criminaliza os trabalhadores do setor para privilegiar as empresas privadas que lidam com a coleta e destinação dos resíduos sólidos. Cristiano diz que, de acordo com dados de 2005, os catadores de Porto Alegre coletavam 140 toneladas por dia, enquanto as empresas terceirizadas pela prefeitura coletavam 60 toneladas. Observa que, segundo dados do censo do IBGE, em 2010, a população de catadores de Porto Alegre era de cerca de 9 mil pessoas e que não tem como pegar essa população e fazer uma transposição para outras profissões. Ser catador faz parte da constituição cultural desses sujeitos, como avalia. Considera também, que com a vigência da lei das carroças, seria preciso ficar atento a casos de violação de direitos humanos envolvendo os catadores. Além disso, ele projeta que os trabalhadores poderão adotar outras tecnologias de trabalho, como a bicicleta, já que a norma proíbe apenas a circulação de carroças, cavalos e carrinhos.

“É uma forma de privatização do saneamento básico e dos resíduos sólidos. A criminalização vem como uma tática central neste processo (...) manter o sistema privado representa um custo muito mais elevado. O orçamento do lixo em Porto Alegre é bem maior que o destinado à educação e saúde”.

Em mais uma reportagem veiculada no mesmo site Sul21, em 27 de janeiro de 2014, são atualizados alguns dados da nova legislação. O programa Todos Somos Porto Alegre apresentava em janeiro 2.759 pessoas cadastradas, sendo 1.119 (40,5%) na Zona 1 (que abrange as regiões administrativas Centro-Sul, Cristal, Cruzeiro, Glória, Lomba do Pinheiro, Partenon e Sul). Foram oferecidas 821 vagas em cursos profissionalizantes, 745 das quais receberam inscrições. Foram investidos R\$ 327 mil para pagamento de bolsa-formação.

Outros R\$ 168,7 mil foram pagos como indenização pela entrega de 76 cavalos, 93 carroças e 12 carrinhos. A inserção em nova atividade produtiva já havia contemplado 190 pessoas, das quais 97 se estabeleceram como autônomas e 93 com emprego formal nas áreas de construção civil, segurança e portaria, auxiliar de limpeza, atendente, reciclagem e jardinagem. A EPTC realizou 24 operações de fiscalização, com 26 recolhimentos por maus-tratos e 21 condutores encaminhados para regularização de situação. Na área de proteção aos animais, o programa conta com 102 cavalos monitorados em abrigos. Junto às Unidades de Triagem, foram realizadas ações para apresentação do programa e seminário para formação de líderes de cooperativas. Houve renovação de convênio entre unidades de triagem e DMLU, com revisão dos valores pagos para custeio. Novas parcerias assegurariam o ingresso de R\$ 1,3 milhão ao programa: Celulose Riograndense (R\$ 360 mil), Ocergs (R\$ 402 mil), Bunge (R\$ 102 mil) e Braskem (R\$ 432 mil).

Nas entrevistas e dados apresentados através das reportagens, evidencia-se o conflito perceptível em minha atividade de campo. De um lado a prefeitura tentando inserir estes trabalhadores, que ficarão sem trabalho, com a vigência gradual da legislação, juntamente com o apoio de parcela significativa da população, que apoia o programa com justificativas de maus tratos aos animais, dificuldades de circulação no trânsito e condições precárias de trabalho e exclusão destes trabalhadores. De outro, a defesa de permanência e direito destes trabalhadores ficarem nas ruas, com seus carrinhos e carroças, por parte do MNCR e dos próprios papeleiros, com justificativas de não adequação aos novos formatos de trabalho, ganhos inferiores aos pagos pela prefeitura, não absorção de toda a categoria pelo programa e defesa de identidade da profissão. Outro ponto a destacar, foram os dados apresentados pelo censo de 2010 (em torno de 9 mil pessoas que trabalham com a atividade em Porto Alegre) e o número de pessoas cadastradas no programa até janeiro de 2014 (em torno de 2759).

Em campo, acompanhando a atividade diária dos papeleiros pude observar muitas inquietações e dúvidas com relação a esse novo contexto de controvérsias que se apresenta para a categoria. Um dos meus interlocutores - José - que trabalha há mais de quinze anos com o carrinho nas ruas, informou que até o ano que vem, iriam retirar seus carrinhos. Disse que depois de tanto tempo trabalhando nas ruas, não conseguiria se adaptar em uma cooperativa. Que estão oferecendo os cursos, mas que não terão espaço para empregar todos. José também comentou que ganha mais por dia, do que os empregos estão oferecendo.

Jacob, outro papeleiro que conheci e acompanhei demonstrava preocupação com relação ao novo código de lixo. Carregava em seu carrinho, acopladas nas laterais, um

espelho, uma vassoura, pá e muitos panos (utilizados depois que mexia nos contêineres, para não deixar muitos restos na calçada). Disse que se os fiscais da prefeitura o pegassem mexendo e deixando restos de materiais na calçada, poderia ser multado. Acompanhá-lo pelas ruas me ajudou a entender um pouco destes percursos com os carrinhos e a relação deles com este instrumento de trabalho. O carrinho possibilita estas trocas e atravessa um pouco estas relações com o trânsito, com a cidade, com as pessoas que circulam e trabalham nas ruas. Também ganha conforme o que consegue no dia. E que gosta desta “busca” destas “combinações” que realiza com as pessoas que trabalham no comércio ou condomínios.

Outro interlocutor importante na atividade de campo foi César, que me passou algumas informações sobre o programa Todos Somos Porto Alegre, pois sua esposa estava fazendo. Comentou se a prefeitura tirar os carrinhos, a cidade vai acumular muito lixo, pois o trabalho deles é muito importante. Disse que gostaria que tivesse um cadastro, com uma licença para usarem nos carrinhos. Aí só quem “trabalhasse sério”, teria liberação. Achava os cursos e o trabalho em cooperativas injusto, pois todos ganhariam o mesmo no final do dia, sendo que alguns trabalhariam mais e outros menos. César comentou sobre estes projetos na época da Copa do Mundo. Que eles já estavam esperando algumas medidas desse tipo.

O último depoimento que gostaria de destacar foi o de Alexandra, que encontrei na Avenida Farrapos, em frente a um contêiner. No dia em que conversei e a acompanhei, estava muito nervosa, pois o novo código de lixo não havia entrado em vigor ainda e a informação que estava na Vila dos Papeleiros era que a partir da segunda-feira (07/04), a prefeitura começaria a recolher o carrinho de todo o pessoal que trabalhava com reciclagem. Que a prefeitura estava oferecendo uns cursos, mas que era à noite e ela não conseguia chegar a tempo. Outro fator é que o salário que prometeram seria de setecentos reais, menos do que ganhavam com a coleta.

2.2.2 MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados

*O catador organizado, jamais
será pisado! Pela construção do Poder
Popular!(MNCR)*

Os papeleiros contam com o apoio do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), que buscam como premissa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável a partir da organização social e produtiva dos catadores de

materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões á céu aberto, nas ruas ou em processo de organização¹⁰. O Movimento surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Em março de 2006 o MNCR realizou uma grande marcha até Brasília levando suas demandas para o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações bases orgânicas do movimento.

“Nossa categoria é historicamente excluída da sociedade e muitos catadores(as) ainda sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro. Apesar das imensas dificuldades, resistimos e lutamos dia a dia pela vida. Pelo direito de trabalhar honestamente e sobreviver” (MNCR).

2.3 Biopolítica e novas formas de exclusão

2.3.1 Antropologia das Políticas Públicas

A reflexão sobre o processo de construção de legislações e políticas públicas voltadas aos papeleiros exige a análise do que tem se discutido com relação à avaliação de políticas públicas, como os estudos em antropologia nessa área se inserem, referenciando como alguns conceitos e personagens são forjados na construção dessas políticas.

O referencial teórico de Cris Shore (2010) se torna fundamental para a discussão da contribuição da antropologia em estudos de políticas públicas. A partir de estudos de casos etnográficos, sustenta que a antropologia pode prover uma perspectiva crítica para compreender a maneira como as políticas funcionam, sejam como símbolos, como estatutos de legitimidade, tecnologias políticas ou instrumentos de poder que frequentemente escondem seus mecanismos de funcionamento. Destaca o crescente número de antropólogos que estão dirigindo sua atenção para o estudo de políticas públicas enquanto campo de investigação antropológica e reflete sobre a importância de um olhar analítico de uma disciplina sobre as

¹⁰ Mais informações sobre missão, princípios e objetivos, missão no site do Movimento, disponível em: <<http://www.mnccr.org.br>>.

práticas e suposições de outra, na realização de um exercício que pode gerar novas perspectivas sobre velhos problemas. O autor observa uma mudança paradigmática com a adoção de aproximações mais humanistas e etnográficas para abordar o tema por investigadores e analistas de políticas públicas, em contraste com estudos lineares, modelos positivistas, onde atores econômicos perseguem metas e medem a conveniência das políticas quanto aos seus custos e benefícios calculáveis.

Un eje central de estas aproximaciones es el reconocimiento de que la formulación de políticas es una actividad sociocultural (regida por leyes) profundamente inmersa en los procesos sociales cotidianos, en los “mundos de sentido” humanistas, en los protocolos lingüísticos y en las prácticas culturales que crean y sostienen esos mundos (SHORE, 2012 p. 24).

Essas análises implicam em dar sentido a um conhecimento tácito, a múltiplas interpretações e aos conflitos que as políticas têm para os atores situados em lugares diferentes. Assinala que a maneira como as políticas são objetivadas e utilizadas provém de uma compreensão crítica de alguns princípios organizativos mais profundos e menos visíveis que estruturam nossa sociedade, em particular os regimes de poder e os códigos culturais que moldam a maneira como se comportam os indivíduos e as organizações. “Para compreender por qué funcionan o no las políticas, necesitamos saber algo sobre cómo son recibidas y experimentadas por las personas afectadas por ellas” (SHORE, 2010 p. 29).

Reforça o sentido que uma análise antropológica das políticas começa com a premissa de que sua formulação deve ser vista como uma particular forma de ação social e simbólica, reconhecendo que podem ter significados múltiplos, ambíguos e polissêmicos, que não podem ser especificados com precisão científica. Se a função das políticas se coloca como intervenção no social, então o estudo de políticas públicas se converte em um instrumento útil para compreender os motivos que fundamentam essas intervenções e as lógicas culturais que as impulsionam, e também, dão forma e organizam a maneira como nos comportamos como indivíduos.

Shore (2010) identifica alguns argumentos sobre políticas públicas, que expressam um esquema para análise e investigação em ciências sociais. Entre eles, que as políticas refletem certas racionalidades de governo ou “governamentalidades”, no sentido de maneiras de pensar sobre o mundo e como atuar nele. Contém modelos implícitos (explícitos em alguns momentos) de uma sociedade e de visões de como o indivíduo deve relacionar-se com a sociedade e uns com os outros, incidindo na construção de novas categorias de indivíduos e

de subjetividades. Outro argumento apontado pelo autor é que as políticas funcionam de maneira similar ao mito em sociedades não letradas, com o oferecimento de narrativas retóricas que servem para justificar, legitimar quem está em posição de autoridade estabelecida. Atuam de maneira a outorgar coerência, ordem, certeza a ações frequentemente incertas pelo governo. Outro argumento importante é o de que as políticas nos fornecem lentes para estudar e explorar os mundos dos formuladores de políticas e não somente as pessoas a quem as políticas estão dirigidas. Reconhece a importância da etnografia, sendo esta aproximação ideal para gerar conhecimento interno e uma descrição densa, porém reconhece que estas aproximações têm algumas limitações e propõe o que alguns teóricos têm proposto como “etnografia multilocal”, uma investigação em múltiplos lugares. Podendo servir para rastrear conexões entre atores, instituições e lugares situados diferentemente dentro de determinada comunidade, objeto de política pública.

Amarrando os temas norteadores desse capítulo, apresenta-se um breve cenário do que tem se discutido com relação aos estudos de políticas públicas no Brasil. Para Frey (2000) a fase de avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública. Os estudos de políticas públicas enfocam basicamente casos empíricos e seus resultados, e em um primeiro momento têm apenas validade situacional. Com isso corre-se o risco de considerar padrões de ação e estruturas observados no estudo empírico que estão presentes como características inerentes a certo sistema político administrativo. Souza (2003) coloca que a área de políticas públicas no Brasil tem se caracterizado por uma baixa capacidade de acumulação de conhecimento, mas os estudos têm avançado com a criação de fóruns específicos sobre políticas públicas em espaços acadêmicos e com a informatização de periódicos nacionais e internacionais. Com relação às pesquisas brasileiras Souza (2003:17) coloca que é preciso superar os estudos feitos até então, concentrados fortemente nos fracassos, pouco preocupados com as questões políticas concentrados na ideia de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. Ressalta a importância de seguir no desenvolvimento de tipologias analíticas e concentrar na identificação das variáveis que causam impacto sobre o resultado das políticas. Superar a dicotomia existente em analisar sucessos ou fracassos e enfatizar melhor o entendimento dos próprios resultados.

Trazendo novamente o debate para a inserção da antropologia em estudos sobre políticas públicas, verifica-se no senso comum intelectual uma produção extensa e um envolvimento em processos governamentais de intervenção, compondo uma subdisciplina, na

maioria das vezes da ciência política. Não se trata de estabelecer um divisor entre as Ciências Sociais e afirmar uma “antropologia do Estado”, fazendo parte de uma perspectiva antropológica pura (Lima, 2012). Como afirma Antônio Carlos de Souza Lima (2012), em torno dos objetivos de uma antropologia das políticas de governo:

Assim, queremos valorizar as dimensões de processo, fluxo, e performance, não apenas aquelas apreensíveis pela via das análises dos grandes rituais e eventos, mas também a da sua atualização cotidiana numa miríade de ações estereotipadas e rotinizadas, em disposições profundamente incorporadas, apreensíveis nas análises das condutas, desde os momentos de pensar, falar, agir, como também de sentir, expressar emoções e se apresentar na interação cotidiana (LIMA, 2012 p. 561).

O autor problematiza, ainda, o conceito de processo de formação de Estado, pensando na relação entre Estado, cultura e em seus desdobramentos. Como exemplo, coloca que muitos pesquisadores argumentam que o termo “Estado” não é utilizado pelos “nativos” de alguns segmentos sociais e essa percepção é ampliada quando ocorre uma mudança no foco de estudo etnográfico, da cena de segmentos afetados por ações de governos de Estados nacionais (em especial habitantes de áreas rurais, populações etnicamente diferenciadas e mesmo periferia de grandes cidades).

2.3.2 Tecnologias de poder: Biopolítica/Biopoder

Trabalhando com a ideia de tecnologias de poder, Foucault (1976) analisa o biopoder como o poder de “de fazer viver e deixar morrer” e como o racismo foi inserido nos mecanismos de Estado como justificção para o “deixar morrer” em favor da promoção da vida. Permite identificar um racismo - que para ele seria a produção de um corte, uma separação - com especificidades, não ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras de poder, e sim, à tecnologia do poder.

O autor faz uma análise da teoria clássica da soberania, onde o direito de deixar viver e de deixar morrer era exercido pelo soberano em relação aos súditos. Nos séculos XVII e XVIII, viram-se o surgimento de técnicas de poder centradas no corpo individual, assegurando a distribuição espacial dos corpos (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série, em vigilância), evidenciando uma técnica disciplinar. Na segunda metade do século XVIII, surge outra tecnologia de poder, que não exclui a disciplinar, mas que se faz não mais em direção ao homem corpo e sim um homem espécie, uma biopolítica da espécie humana, um biopoder, introduzindo uma medicina que vai ter função maior de higiene

pública (com organismos de coordenação de tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber). Adquire um aspecto de campanha de aprendizado da higiene e da medicalização da população (pensando em problemas de natalidade, morbidade, velhice, enfermidades). Evidenciam-se problemas relacionados ao meio, que não é um meio natural; um meio que foi criado pela população, essencialmente o problema da cidade.

A tecnologia do biopoder se desenvolve como um poder contínuo, científico, um saber-viver, um equilíbrio global, pensando a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Nessa perspectiva, Foucault observa que surge um paradoxo: como o biopoder que tem o direito de deixar viver pode deixar morrer? A partir disso, insere a questão do racismo, como maneira de fragmentar o campo biológico; maneira de defasar no interior da população uns grupos em relação aos outros. O biopoder passa, então, pelo racismo, pelo direito de matar, passa por expor a morte, a expulsão, a rejeição, etc. Neste trabalho, embora a produção de um corte, de uma separação não se dê em torno de justificativas biológicas, acredito que a lógica da exclusão e separação de um grupo de trabalhadores, através da criminalização de suas práticas, para os fins de promoção da higiene pública, pode ser observada. É neste sentido que as novas leis e regulamentações em torno das formas e modos de recolhimento de lixo em Porto Alegre não podem ser lidas apenas como instrumentos neutros de ação urbana, mas como modos específicos de gestão de populações que se justificam a partir da higiene e segurança urbana.

2.3.3 A Produção Política da Repugnância

Pensando na busca de compreensão de processos de estatização específicos que articulam práticas e normas, emoções e regras, representações e valores no princípio da construção de uma cidadania diferenciada, Teixeira (2012) analisa a produção política de repulsa e manejos da diversidade na saúde indígena brasileira, levando em consideração a permanência de práticas e percepções concernentes ao princípio do higienismo. Aponta para os manejos da diversidade cultural que, em nome da inclusão dos povos indígenas, acabam por produzir novas hierarquias cívicas e civilizatórias. A autora percebeu, em pesquisa realizada analisando manuais de agentes indígenas, a persistência da ênfase atribuída à falta de higiene e a necessidade de alterar tais condutas. A questão de compreender as relações cotidianas de dominação simbólica e política que se realizam nos corpos em contextos democráticos contemporâneos. Faz também uma reflexão no sentido de pensar a repugnância

e o nojo a partir do ângulo de suas conexões físico-político-morais para compreender o que significam politicamente ações estatais que enfatizam a higiene pessoal em detrimento do saneamento do meio físico:

Desta perspectiva, a repugnância parece indicar a fronteira da diferença tolerada, pois expressaria sentimentos, emoções e sensações corporificados, formados em e formadores de relações sociais, cujos interlocutores devem necessariamente ser domesticados em sua alteridade ou evitados e postos à parte. Aqueles que nos provocam repugnância (o repugnante é sempre o outro) estariam, portanto, além da diversidade fisicamente suportável: Como podemos aceitar alguém e conviver com ele se sua aparência, seus modos corporais e odor nossos próprios corpos não suportam? Se o nojo se constitui em uma diversidade e constitui uma diversidade que ofende os sentidos e se expressa no corpo, o faz por meio de processos cognitivos e intersubjetivos que indicam as fronteiras da própria ordem moral incorporada (TEIXEIRA, 2012 p. 590).

A análise que a autora desenvolve, com relação aos manuais do agente indígena evidencia o quanto algumas ações estatais enfatizam a higiene e produzem alguns sentimentos de repulsa e nojo. Em nome de uma cidadania diferenciada e de inclusão de alguns grupos, trabalham com dimensões simbólicas hierarquizando uns em relação aos outros em nossa sociedade. A repugnância indicando uma fronteira, um lugar que o repugnante deve ocupar; ser colocado à parte; ser domesticado. No caso da categoria dos papeleiros, a restrição da circulação deles pelas ruas, sua inserção em galpões fechados, transposição para outras profissões e mecanização do trabalho com a coleta de lixos, por caminhões da prefeitura.

2.3.4 A Produção Política da Repugnância, o Biopoder e a Legitimação das Fronteiras

A avaliação das políticas públicas para a categoria dos papeleiros foi problematizada a partir dos referenciais apresentados no decorrer capítulo. Observando as variáveis envolvidas no processo de entendimento dos papeleiros sobre a retirada de seus carrinhos e as prováveis mudanças em seus processos de trabalho e em suas relações com a cidade. A percepção deles com relação a estes cursos oferecidos e a extinção de suas profissões gradualmente e inserção em outros espaços de trabalho.

A contribuição da antropologia na análise de políticas públicas implica em dar sentido a essas múltiplas interpretações e conflitos que as políticas têm para atores situados em lugares diferentes. O antropólogo tende a focar como fazem as pessoas para dar sentido às coisas, o que querem dizer pra elas essas políticas, a maneira como esse discurso afeta sua vida diária. A política pública não como um pressuposto dado que não requer análises, e sim,

como algo que deve ser investigado e problematizado. Essas questões nos permitem dialogar com a etnografia, realizada com o objetivo de visibilizar essas outras dimensões não questionadas nas novas políticas voltadas para os papeleiros. De como a legislação orienta e é orientada por certa racionalidade, que se relaciona à construção de uma cidade limpa, com o trânsito fluído (certa construção de subjetividades que acabam forjando uma aliança, uma maneira de unir as pessoas em favor de uma meta, de um objetivo comum, como mecanismo de manutenção de fronteiras simbólicas que separam as pessoas). E aqui a referência se relaciona ao discurso que legitima a retirada dos carrinhos e dessas pessoas das ruas, com a ideia de melhores condições de trabalho, melhor qualidade de vida e melhor fluidez no trânsito.

A partir do referencial teórico de Foucault, esboçamos uma análise que permite usar lógica semelhante àquela utilizada pelo autor em torno da função do racismo numa lógica do biopoder, que se realiza em nome da promoção da vida. Tal como o racismo justifica um corte que diferencia uns grupos em relação aos outros e permite o direito à morte, em nome de um equilíbrio, de uma segurança em relação aos perigos internos e externos, é a promoção da higiene pública e melhor circulação urbana que justifica as políticas contemporâneas voltadas para a gestão do lixo urbano. A produção de repulsa e nojo e a inserção de um racismo no interior da população dialogam em um esquema de separar, de regulamentar, de disciplinar a população. O grupo dos papeleiros, em um contexto de proibição de circulação gradual pela cidade, é sujeito a penas e multas por algumas atividades relacionadas ao lixo, e, ao mesmo tempo, alvo de políticas públicas que os direcionam para outras profissões. Isto é, que os capacitam e disciplinam seus trabalhos. Deixá-los nas ruas evidencia problemas relacionados ao meio, problemas de higiene pública, questões que o biopoder deve dar conta:

Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbididade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder (FOUCAULT, 1976 p. 6).

O texto de Teixeira (2012) também permite dialogar com o trabalho de campo em articulação com estas novas políticas para a categoria dos papeleiros. A legislação que retira gradualmente os carrinhos e por consequência essas pessoas que trabalham com o lixo das ruas, propõe a inserção desses trabalhadores em cooperativas ou direciona para outras profissões, conforme escolha do trabalhador. Como consta na legislação:

Ações que viabilizarão a transposição dos condutores de VTAs (Veículo de tração Animal) e dos condutores de VTHs (Veículo de tração Humana) para outros mercados de trabalhos, por meio de políticas públicas de transposição anual que contemplem todos os condutores de VTAs e todos os condutores de VTHs identificados e cadastrados pelo Executivo Municipal (Lei 10531/08).

Essa transposição de tirá-los das ruas, de não permitir a realização de triagem em logradouros públicos (conforme o novo Código de Limpeza Urbana) remete a gradual extinção e criminalização da profissão de papeiros. A existência de penas e a atual vigilância proposta e incentivada no Código para que a população denuncie situações previstas na legislação também contribuem para esse processo. Esse caráter de produção de repulsa e nojo com relação à atividade com o lixo e das pessoas que trabalham com essa atividade é perceptível. Essas políticas reiteram a necessidade de incluir esses trabalhadores em um mercado de trabalho, em capacitá-los. Em consonância com a pesquisa de Teixeira (2012), os interlocutores devem ser domesticados em sua alteridade, colocados à parte. Como a figura do índio que defeca em meio aos rios e acaba sendo culpabilizado pelas doenças transmitidas em sua comunidade, sendo questões de saneamento ignoradas; o papeiro que anda com seu carrinho e mexe em contêineres de lixo entra nessa mesma relação, responsável pela sujeira da cidade, sendo ignoradas questões de consumo e descarte de lixo pela população. O que é problematizado aqui é como estas ideias e sentimentos são forjados e incorporados pela população. A inclusão destes trabalhadores e retirada deles das ruas não é questionada em uma dimensão simbólica, da produção da repulsa a certos modos de trabalho e vida urbana, mas, sim justificada em nome de novos projetos de cidadania e de novos modos de inserção social dessa categoria de trabalhadores.

3 REDES DE NEGOCIAÇÃO DE BUSCA E COLETA DE MATERIAIS ATRAVÉS DOS TRAJETOS PERCORRIDOS COM OS CARRINHOS PELA CIDADE

A referência a redes de negociação estabelecidas pelos papeleiros com o comércio, condomínios para busca e coleta de materiais e os trajetos na rua e as relações que estabelecem com a cidade colocam em evidência a necessidade de um referencial teórico associado a estudos de antropologia urbana, enfatizando alguns conceitos como redes sociais e como essas formas de organização e sociabilidade são desenvolvidas. O presente capítulo pretende resgatar essa alteridade, essa dimensão simbólica de construção e uma atividade profissional e modo de vida das pessoas que está ameaçada de extinção num contexto urbano de política higienista. Faz-se necessário também um referencial com relação ao histórico da Vila dos Papeleiros, local de chegada e partida de muitos trabalhadores, integrando essas redes de negociação.

3.1 Histórico da Vila Dos Papeleiros

Em pesquisa realizada na Vila Chocolatão em Porto Alegre, Neves (2011) acompanhou como se deu a transferência da Vila, do centro da cidade para outra área, e nesse contexto de remoções estudou a relação que se estabelecia entre economia e estética, pensando na utilização de fragmentos (materiais recicláveis) na construção de moradias, sendo esses fragmentos oriundos da atividade econômica majoritária na Vila (trabalho com coleta de lixo seco pela cidade). Neves estudou também, questões relacionadas ao consumo, ao lixo e suas ressignificações e problematizou a visibilidade e localização da Vila Chocolatão, fazendo uma relação entre centro e periferia. Observou que a transferência da Vila ocorreu em meio a um contexto particular de valorização do bairro Centro, a partir de um esforço de renovação e recuperação espacial, envolvendo uma campanha para reverter a imagem negativa do bairro (restauração de edifícios históricos e recuperação do mobiliário urbano).

A Vila dos Papeleiros se concentra no bairro Centro e a retirada dos carrinhos implica também em uma remodelação e transferências voluntárias que ocorrerão gradualmente, pois a moradia de muitos no centro é estratégica, na busca e coleta de materiais

pelos arredores e venda nos galpões concentrados na Vila. A rua principal é a Voluntários da Pátria que está sofrendo um processo de duplicação (no site da Secretaria Municipal de Gestão de Porto Alegre lista oito obras e empreendimentos relacionados à Copa do Mundo na cidade em 2014 e, dentre elas, está a duplicação dessa avenida), sendo que algumas remoções estão ocorrendo. De acordo com informações do site da prefeitura de Porto Alegre:

“As obras irão mudar a paisagem urbana, ampliando os horizontes de Porto Alegre (...) a duplicação da Rua Voluntários da Pátria tem como objetivo melhorar o acesso ao centro da Cidade, transformando-a em avenida com pista dupla, com três faixas em cada sentido, faixa preferencial para circulação de ônibus, ciclovia, canteiro central e passeios laterais, seguindo o gravame instituído pelo Plano Diretor da Cidade. Trata-se de um eixo estruturado do sistema viário da cidade que virá facilitar a comunicação entre a Zona Norte e o Centro de Porto Alegre, impulsionando o desenvolvimento e a revitalização do Quarto Distrito e do bairro Humaitá”.

Como já informei na introdução deste trabalho, a atividade de campo não foi realizado exclusivamente na Vila dos Papeleiros; entretanto este foi o ponto de partida de acompanhamento destes trabalhadores com seus carrinhos pelas ruas da cidade. A busca de informações sobre o histórico e formação da Vila dos Papeleiros foi propiciada através de uma dissertação de mestrado do curso de geografia da UFRGS. Em sites e documentos digitais, poucas informações foram encontradas. O Centro de Pesquisa Histórica vinculada a Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura disponibiliza algumas informações sobre bairros de Porto Alegre¹¹. A Vila dos Papeleiros abrange cinco bairros ou parte deles, entre eles o bairro Centro, Farrapos, Floresta, Humaitá e Navegantes.

No bairro Centro encontramos informações relacionadas mais aos pontos turísticos de Porto Alegre. No bairro Farrapos há uma referência ao local ser uma das regiões mais carentes da cidade, onde os habitantes são de origem humilde e muitos vivem em precárias condições de moradia. No bairro Floresta, há referência de que grandes indústrias foram instaladas ali, no século XIX, como a Bopp, posteriormente Brahma, fabricante das melhores cervejas da época, além de fábricas de fogões, camas, de pregos, indústria de cigarros e outras, eis o porquê de ser chamado pela comunidade, na época, de “bairro de chaminés”. No bairro Humaitá, temos como origem uma zona de aterro sanitário. O bairro Navegantes, no século XIX, revelou-se com forte vocação industrial, e especialmente a partir de 1890, várias

¹¹ Informações disponíveis no documento disponibilizado no site da prefeitura com o histórico e formação dos bairros: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf

indústrias da Capital instalaram-se no bairro. Não há, no histórico dos bairros ou na atividade predominante atual relatada, nenhuma referência ao trabalho e concentração de atividades relacionadas à reciclagem.



Figura 1. Saída da Vila dos Papeleiros (Voluntários da Pátria) próxima ao túnel da Conceição, Fotografia, 2014.

Silva (2007) realizou pesquisa de mestrado trabalhando com questões relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, enfatizando o papel dos catadores de materiais recicláveis, em Porto Alegre, considerando a necessidade de dar visibilidade a esses sujeitos como protagonistas dentro desse processo. Em um dos capítulos da dissertação, Silva descreve com mais detalhes a Vila dos Papeleiros (localizada entre a Avenida Voluntários da Pátria e a Avenida Castelo Branco), pois realizou um estudo de caso na Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA). Coloca que no ano de 2000, aproximadamente 250 famílias residiam no local, habitando casebres, muitos deles construídos com o próprio material das coletas. Em 2006, a Vila é apresentada em jornais como detentora de muitos nomes, remanejada para muitos lugares, sofrendo dois grandes

incêndios. As pessoas que moram na Vila trabalham com seus carrinhos, levando o papel (e outros materiais) diretamente para o Galpão de Reciclagem, onde é feita a seleção dos materiais para a venda. Em 2004, ocorreu o último incêndio que devastou a Vila, sendo que 213 famílias passaram a morar em uma Casa de Passagem, construída provisoriamente pela prefeitura. Na época a prefeitura de Porto Alegre e a Caixa Econômica Federal haviam assinado um protocolo de intenções Pic (Programa Integrado de Entrada na Cidade), permitindo a cedência de um imóvel onde seriam desenvolvidas políticas de geração de trabalho e renda, projeto de agregação de valores aos materiais recicláveis, formação de pessoal e preservação ambiental. Isso facilitou, naquele momento, a profissão dos papeleiros. Por esse programa foi construído um condomínio com 213 novas moradias (antecipado em consequência do incêndio) e que ficou conhecido também como Loteamento Santa Terezinha.

Dessas 213 famílias, quase todos são carrinheiros, triam seus materiais e muitos eram detentores de galpões, antes do incêndio. A pesquisa faz referência a duas formas de trabalho na Vila: um dos trabalhos é com reciclagem seletiva, onde os catadores¹² trabalham associados, fazem parte do sistema público de coleta, recebem cargas do DMLU e de outros locais, vendendo juntos o material e dividindo em partes iguais. A outra forma de trabalho referenciada é a dos carrinheiros ou catadores independentes, que trabalham de forma individual (buscam o material com carrinhos, carroças, Kombi), triam e vendem, sendo o dinheiro individualizado. Apesar de existir as Associações de Reciclagem, muitas delas trabalham com os atravessadores (que são aqueles que compram os materiais e revendem às indústrias). Ressalto que o meu enfoque é com a segunda forma de trabalho, dos que trabalham de forma individual, com seus carrinhos pela cidade e vendem para esses atravessadores localizados na Vila dos Papeleiros.

3.2 Cenários Urbanos e Pesquisa Antropológica

A antropologia urbana se caracteriza por ser inter e multidisciplinar. A complexidade da cidade moderno-contemporânea das grandes metrópoles levou ao desenvolvimento dessa área de investigação. A partir da metade do século XIX, pensadores de diferentes orientações passaram a se dedicar de modo mais sistemático à pesquisa e reflexão sobre o meio urbano, sendo a cidade um dos palcos e desafios para essa busca de compreensão.

¹² Utilizo o termo “catadores” e não “papeleiros” por ser este o termo utilizado na pesquisa de Silva (2007).

Ao focalizar interações em antropologia urbana, lidamos com redes sociais, cuja extensão e profundidade devem ser avaliadas em pesquisa, pensando em deslocamento físico e psicossocial, apontando para o permanente dinamismo da vida metropolitana. Como aponta Velho (2009), esses estudos refletem a ação social dos indivíduos através da permanente interação, a partir de motivações que são encontradas em um jogo entre mundo interior, subjetivo e práticas e atividades no cotidiano, envolvendo redes sociais em níveis materiais e simbólicos com especificidades e características próprias. Em consonância com os estudos de Gilberto Velho, Eckert e Rocha (2011) sinalizam uma etnografia da duração¹³, problematizando o estudo das consolidações temporais em contextos urbanos. Na investigação desses contextos invocam as conexões simbólicas entre os acontecimentos que permeiam as experiências urbanas de seus habitantes. A vida urbana definida nas relações das grandes cidades com a própria operação de configuração das identidades de seus indivíduos e/ou grupos urbanos, carregando uma dimensão narrativa, que resulta de uma unidade temporal que só poderá ser atingida mediante o encadeamento de estruturas espaçotemporais instáveis e dinâmicas heterogêneas e descontínuas, e muitas vezes, discordantes.

Essas interações envolvendo redes sociais em níveis materiais e simbólicos referenciando esses dinamismos da vida metropolitana é o que orientou em grande parte a pesquisa de campo. Em como essas redes de negociação que os papeleiros estabelecem com a cidade, através dos trajetos com seus carrinhos configuram a identidade desses indivíduos. A transposição deles para outras profissões ou para locais fechados e formais afetam não apenas essa construção da identidade do papeleiro, como também o rompimento dessas redes em um contexto urbano. Reportando um pouco ao início da pesquisa de campo, referencio algumas notas do diário de campo, quando tive o primeiro contato com o papeleiro Gaúcho¹⁴. A partir daquela experiência, as redes que estabelecem com a cidade começaram a despontar na minha pesquisa em conflito com as novas legislações e políticas públicas voltadas a eles:

Queria conversar com eles, mas não sabia como me aproximar. Pensei na impossibilidade de estabelecer um diálogo, pois estão sempre em ritmo acelerado, tentando equilibrar e manobrar seus carrinhos em meio ao trânsito acelerado de Porto Alegre. Tinha também minhas dúvidas com relação ao interesse deles em conversar comigo (...) enquanto Gaúcho falava sobre sua vida, reparava na rua. Muitos papeleiros circulavam. As pessoas passavam na calçada, observando o que

¹³ Etnografias da duração desenvolvidas em Porto Alegre, desde 1997, é a produção de imagens e é a pesquisa com imagens nos estudos da memória coletiva, divulgado na forma de um banco de conhecimento sitiado em www.biev.ufrgs.br.

¹⁴ Gaúcho foi o primeiro papeleiro que conversei e acompanhei na triagem dos materiais na Avenida Voluntários da Pátria.

falávamos. Um carro parou e perguntou se sabíamos como chegar à rua Senhor dos Passos. Gaúcho explicou como quem domina o mapa da cidade e seus itinerários. Aproveitando a colocação, perguntei como as pessoas se relacionavam com eles. Disse que no trânsito as pessoas são bem brabas, recebe xingamentos, não querem que fiquem na via, mas na calçada também não, pois as pessoas falam que lugar de papeleiro não é na calçada. Que alguns falam que os papeleiros deveriam separar lixo na usina e não na calçada. Comentou que é muito mais difícil manobrar um carrinho do que um carro. Disse que acha o seu trabalho importante, que ele precisa das pessoas e as pessoas precisam dele. Perguntei um pouco sobre sua rotina. Acorda cedo, combina em alguns condomínios para passar em determinado horário, para buscar o lixo. Se não pode ir, passa para outro colega. Em sábados e domingos tem alguns trabalhos, às vezes o chamam para alguma limpeza, aproveita a oportunidade, leva seu carrinho e busca vários materiais. Comentei sobre a relação dele com outros papeleiros. Disse que todos se ajudam, não percebe rivalidade, nem disputas. Que tem espaço para todos. Pode deixar seus materiais na calçada, que ninguém rouba (Diário de Campo, 27/02/2014).

As combinações que Gaúcho realizava com os condomínios e as combinações que realizava com outros papeleiros e com os galpões; a circulação e contato com as pessoas nas vias (calçadas, ruas); o domínio que apresentava dos itinerários da cidade; todos esses elementos despontando na atividade diária dessa categoria. Nos termos de uma etnografia da duração “o personagem da narração, ao contar suas lembranças e recordações de uma cidade vivida, evoca as imagens que relacionam as suas experiências ordinárias na cidade com as suas experiências pensadas da cidade” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 121). Gaúcho, ao falar de suas experiências em meio ao trânsito, das relações que estabelece com as pessoas na cidade, evoca um pouco desses cenários, do vivido e do pensado. O enfoque é pensar essas redes de negociação que os papeleiros estabelecem em contextos urbanos, sem deixar de evocar essas dimensões das narrativas dos interlocutores. Como pretendo mostrar, o que é relevante neste entendimento, relacionado à minha pesquisa, é que a existência de redes de sociabilidade e negociação de busca e coleta de materiais pela cidade demonstra um modo legítimo e tradicional de inserção urbana e complexifica abordagens mais usuais em torno de um possível caos ou desorganização dessa atividade. Faz-se necessário algum referencial no que tange ao conceito de redes em Ciências Sociais.

3.3 Redes

A discussão dos vários usos e abordagens utilizadas em relação à expressão redes sociais tem sido associada, na maioria das vezes apenas às tecnologias de informação. Acioli (2007) aponta que em todas as abordagens do conceito de rede, permanece uma relação direta com a informação, como processo de troca permanente. A autora informa que existe uma

diversidade de definições, que, no entanto parecem conter um núcleo semelhante relacionado à imagem de fios, malhas ou teias que formam um tecido comum. O termo sugere ainda fluxo, movimento. Em ciências sociais rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações. A autora indica três tipos de abordagens:

Uma abordagem metafórica, que estaria voltada à filosofia de rede ou ainda a uma aproximação conceitual; uma analítica centrada na metodologia de análise de redes, e, uma tecnológica, cuja preocupação está voltada para as redes de conexões, para as possibilidades que se colocam em relação às interações possíveis na sociedade através de redes eletrônicas, de informações, interorganizacionais. Ressaltamos ainda que a identificação de abordagens não tem como objetivo criar oposições e, sim mostrar a necessidade de complementaridade entre as mesmas (ACIOLI, 2007).

O uso tecnológico engloba núcleo de tecnologias da informação, redes de informações, redes de conexões, interorganizacionais, ou seja, grupos que utilizam o termo rede no sentido de meio de acesso a informações, contato com grupos ou pessoas através de redes de computadores. A autora referencia Castells (1999) no trabalho “A Sociedade em Rede”, trabalhando no sentido de que a lógica de redes na tecnologia da informação teria uma interferência nos fluxos de poder, como fontes importantes de dominação e transformação da sociedade e com um maior grau de formalização.

O uso metafórico ou analítico remonta à concepção de Barnes (1972), pensando redes como uma configuração de vínculos interpessoais entrecruzados e de forma inespecífica conectada às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade. A ideia que permeia a metáfora de redes é a de “indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si”. Essa abordagem importa à pesquisa, pois possibilita problematizar as redes de negociação estabelecidas pelos papeleiros com o comércio, trânsito, condomínios.

A ideia de trabalhar com busca e coleta de lixo pode remeter, no senso comum, a uma atividade onde não há organização, ordem. Em um primeiro contato e acompanhamento desses trabalhadores, não é possível entender essas redes. A movimentação deles pela cidade parece ser realizada aleatoriamente pelas ruas nessas buscas e vendas, inexistindo prévias divisões, horários, combinações, classificações. Com a atividade de campo, outras dimensões desse trabalho foram aparecendo. Além dessa organização, questões relacionadas às diferentes maneiras de buscar, vender materiais e as diferentes maneiras de circular pela

cidade. A partir dessas constatações, o conflito inicial de retirada de carrinhos e encaminhamento a outras profissões e outros espaços de trabalho se torna mais acentuado, pensando nessas inserções e sociabilidades que exercem pelas ruas, como pode ser observado em alguns trechos do meu Diário de Campo:

César combinava com várias lojas de buscar o material todo dia. Disse que não era como os outros que ficavam remexendo nos contêineres, bagunçando e sujando as calçadas, como ele se referiu. Vários carrinhos passavam e César conhecia todos eles. Disse também que estavam organizando uma manifestação naquela tarde e que tinha medo, pois poderia dar “quebradeira”. Na nossa frente tinham dois contêineres e ele disse que aqueles estavam sempre bem limpinhos, pois ali era o local dele e cuidava sempre. Mostrou outros e disse que já tinham sido trocados várias vezes, alguns quebravam. Com relação ao trânsito, procurava andar com o filho, em ruas não movimentadas ou no acostamento. Estava preocupado com os carroceiros que há pouco tinham perdido suas carroças. Conhecia muita gente da “Ilha” que vinha de carroça vender nos galpões e que não sabia como estavam. Nesse momento chegou o seu filho com sacolas que havia buscado e colocou no carrinho em que os materiais não estavam separados. Comecei então ajudar César e seu filho a abrir as sacolas e separar os materiais. Já tinha feito isso antes com Alexandra e Gaúcho, mas as dúvidas sobre diferenças entre plásticos brancos, transparentes, coloridos eram grandes. Era uma sexta feira e César comentou que neste dia eles conseguem mais materiais. Um prédio bem grande próximo dos carrinhos disponibilizava esse lixo só nas sextas. As cooperativas o pagavam sempre no sábado e se precisavam durante a semana de um vale, era só pedir. César reforçava sempre que aquele trabalho sustentava ele e a família (Diário de Campo, 25/04/2014).

César delimitou o seu espaço de trabalho e até os contêineres, que segundo ele, ninguém mexia. Formou uma rede fixa, buscando diariamente em lojas específicas seu material para reciclagem. A percepção de classificações entre eles, categorias, não estabelecendo hierarquias, mas maneiras diferentes de trabalhar com o lixo ou materiais recicláveis ficaram evidenciadas na atividade de campo. Os papeleiros formavam redes com a população da região. O lixo era a ligação com outras pessoas, através de circuitos pela cidade, e a retirada de seus carrinhos e retirada das ruas, mudaria a relação deles com esses materiais.

Outra questão para entender um pouco essas especificidades da atividade com os carrinhos é a diferenças nos modos de se relacionar com as “buscas”, com as ruas, com as redes. César chegava com os dois carrinhos bem cedo e estacionava na calçada em frente a uma loja que estava desativada há algum tempo. O local era estratégico, pois já tinha estabelecido uma rede fixa pelos arredores (entre lojas e condomínios). Ele e seu filho revezavam: um buscava nestes locais os materiais e o outro ficava ao lado dos carrinhos, separando e fazendo a triagem. Diferente de Jacob, Alexandra e Gaúcho¹⁵ que percorriam

¹⁵ Importante salientar que acompanhei ao longo da pesquisa e conversei com sete papeleiros (Gaúcho, César, Jacob, Matos, José, Alexandra e Leandra), sendo o acompanhamento de alguns em mais de uma oportunidade.

trajetos pela cidade com seus carrinhos. Jacob e Gaúcho também combinavam suas “buscas” em uma rede. Alexandra buscava seus materiais em contêineres. Gaúcho e César levavam todos os materiais no final do dia para as cooperativas. Alexandra e Jacob não tinham uma regra. Dependendo da variação do que buscavam iam e voltavam várias vezes, estabelecendo mais contato com as ruas e com o trânsito.



Figura 2. Alguns papeleiros realizam suas coletas diretamente nos contêineres (este localizado na Voluntários da Pátria), Fotografia, 2014.

Em consonância com a formação e manutenção dessas redes, Padoin (2010) em pesquisa realizada com catadores em Santa Maria, buscou, entre outros aspectos, explorar a organização política e o estabelecimento de redes sociais, nos diferentes grupos de catadores, tendo por base a situação de formalidade e informalidade no mercado de trabalho. Identificou que o número de catadores de materiais recicláveis vem crescendo cada vez mais, o que pode estar associado ao aumento das exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, bem

como o acréscimo na quantidade de desempregados. A autora analisou grupos que foram inseridos formalmente em cooperativas (com o fechamento de um dos lixões da cidade) e grupos que permaneceram na informalidade e expôs algumas conclusões:

Apesar de ter ocorrido algumas modificações na história de vida dos catadores, poucas foram as mudanças que contribuíram para alterar seus velhos padrões de vida. A inserção no mercado formal de trabalho não trouxe melhorias significativas para a realidade vivenciada por estas pessoas. Pode-se dizer que praticamente tudo continuou muito semelhante em ambos os grupos. Nesse sentido, a formalidade não diferenciou os universos pesquisados, dado que em questões ligadas à esfera da sociabilidade, bem como relacionadas ao meio ambiente, as visões e ideias dos dois grupos coadunam-se (PADOIN, 2010 p. 134).

O fechamento do Lixão da Caturrita em Santa Maria se relaciona com essa nova configuração da atividade dos papeleiros em Porto Alegre. Nos dois casos, há uma transposição das profissões, operando uma lógica onde o trabalho informal é preterido em relação ao trabalho formal. Reconhece-se que a informalidade acarreta dificuldades em reconhecimento e garantia de muitos direitos, contudo, cabe salientar o que a autora expõe com relação às dificuldades de inserir trabalhadores que vivenciam diariamente situações associadas à pobreza que contribuem de forma negativa para a sua qualidade de vida, pensando em restrições de recursos, dos mais variados âmbitos. A partir dessa ideia de estar inserido em um mercado de trabalho formal, e ao mesmo tempo, não estar inserido, por questões de estigma e preconceito com relação à atividade com o lixo¹⁶, se reconhece essas redes de negociação, ao favorecer a atividade dos papeleiros, evidenciando um caráter socializador e ao mesmo tempo uma organização no interior dessas circulações pela cidade com os carrinhos.

3.3.1 As redes de Jacob e suas formas de trabalho

Quando ele estacionou para ir a um banheiro naquele viaduto da Voluntários da Pátria, aproveitei para me aproximar. Perguntei se ele se importava de acompanhá-lo um pouco pelos caminhos que percorria, pois estava realizando uma pesquisa sobre o trabalho deles. Disse que sim, mas não tinha tempo para conversar naquele momento, tinha muitas “buscas¹⁷”, como chamou, para fazer. Falou: “Vamos” e eu comecei a ir atrás dele. Do lado era impossível, pois o espaço que ocupam junto aos carros e aos ônibus já é restrito. Fiquei com medo em vários momentos, pois em meio ao trânsito, tudo é muito rápido. Jacob tinha muita agilidade. Atravessava as ruas e dirigia o carrinho com facilidade. Achei que ele iria parando para verificar em

¹⁶ As dimensões simbólicas da atividade com o lixo serão desenvolvidas no capítulo 3.

¹⁷ Passei a utilizar o termo “buscas”, pois foi a palavra mais utilizada no decorrer da pesquisa pelos papeleiros. A palavra “buscas” envolvia todas as etapas, incluindo combinação, negociação, coleta dos materiais em lojas, condomínios, residências e contêineres e a etapa de venda nos galpões.

alguns contêineres. Naquele dia não. Existem vários tipos de recolhimento de materiais entre os papeleiros. Alguns buscam em lixeiras e contêineres (Alexandra), outros combinam (seu Gaúcho e César) para buscar em lojas e condomínios residenciais. Foi seguindo pela Voluntários em direção ao Centro Popular de Compras e dobrou na rua ao lado que era muito estreita. Tinha uma vaga em meio aos carros e ele aproveitou para estacionar o seu carrinho. Perguntou se eu estava cansada. Respondi que sim e ele começou a rir “Não é fácil”. Ficou parado um tempo nessa vaga. Foi aí que conversamos um pouco. Me contou que até mexe em alguns contêineres, mas que o melhor mesmo é combinar com as lojas de comércio. Principalmente papelão e caixas, eles têm muito. Estava a caminho de uma delas na Júlio de Castilhos. Esperou o momento certo e seguimos por essa rua estreita. Não tínhamos como ficar ao lado dos carros. Entramos no meio de um ônibus e de um carro. Achava interessante e tinha dificuldades para entender como aquele carrinho, dirigido com tanto esforço, conseguia seguir entre os carros. A sinaleira fechou e tivemos que parar. Ele me disse que quando abrisse, teríamos que ir bem rápido para dobrar na Júlio de Castilhos e aí teríamos que subir na calçada. Na tentativa de subir na calçada, vi o quanto é difícil para eles. Nem todas possuem lombadas e aí levantar as rodas nem sempre é fácil. Mas como o carrinho estava vazio, foi mais rápido. Achava que andar nas ruas era o mais difícil, mas com Jacob, percebi que as calçadas são piores. Equilibrar em meio aos pedestres, paradas de ônibus, calçadas irregulares, tudo isso tornava o trabalho muito mais complicado. Paramos então em frente à loja. Jacob entrou e aos poucos foi trazendo caixas de papelão. Me explicou que elas deveriam ser abertas e dobradas para ocupar melhor o espaço do carrinho. E que tinha que ser rápido, pois não poderia ficar muito tempo estacionado na calçada. Ajudei um pouco, mas a minha lentidão era enorme. Ajeitamos as caixas bem no fundo, pois ele tinha muitas buscas ainda. Saímos da calçada e retornamos por outra rua estreita em direção à Voluntários novamente. Perguntei se ele voltava várias vezes para os galpões durante o dia. Disse que dependia muito da quantidade de materiais que conseguia em um dia trabalho. Em alguns dias voltava até três vezes para os galpões. Encontrou um amigo no meio do caminho que estava com o carrinho cheio. Esse amigo era um senhor mais velho e não conseguia empurrar direito. Estacionou o carrinho mais uma vez e disse que daria uma força para esse amigo. Pegou a frente e seguiu empurrando em direção aos galpões da Voluntários. O senhor foi atrás cuidando para que nada caísse no chão (Diário de Campo, 25/04/2014).

Não consegui conversar e saber um pouco mais sobre a realidade de Jacob, mas acompanhá-lo me ajudou a entender um pouco destes percursos com os carrinhos e a relação deles com este instrumento de trabalho. O carrinho possibilita estas trocas e atravessa um pouco estas relações com o trânsito, com a cidade, com as pessoas que circulam e trabalham nas ruas. Jacob me ajudou a perceber também que ganha conforme o que consegue no dia. E que gosta dessas “busca”, dessas “combinações”.

Nesse dia de atividade de campo, múltiplas relações estabelecidas por eles através da circulação com seus carrinhos pela cidade, ficaram em evidência. Jacob, nesses caminhos, ajudava seus colegas papeleiros, conversava com pessoas do comércio, com pedestres, com motoristas, com compradores nos galpões, entre outros contatos.

3.3.2 Redes, Circuitos de Troca e Organização Produtiva

Neves (2011), falando sobre a construção do catador de lixo como categoria profissional coloca que a partir da década de 1980, em face dos baixos salários e das restrições de oferta de emprego, uma extensa rede de serviços e de comércios informais foi criada. O lixo se tornou objeto de atenção especial por fatores diversos como processo de concentração da população e das atividades econômicas em espaços delimitados e pelas novas concepções de ecologia e uso racional dos recursos da natureza. Um enorme setor de atividade produtiva se constituiu a partir dessa nova concepção e utilidade do lixo, concentrando as soluções em torno da reciclagem e do reaproveitamento. A atividade de coleta nos depósitos de lixo se organizava a partir de uma divisão do trabalho e de uma inserção em circuitos especiais de troca. Alguns trabalhavam com restos concentrados a partir de grandes redes de mercados, outros vasculham produtos específicos conforme valor do mercado (papelão, papel, plástico, metais, vidro, madeira), outros circundavam edifícios residenciais e comerciais e outros trabalhavam diretamente nos latões de lixo. A autora observa que controlando e concentrando parte destas formas de prestações de serviços, as Prefeituras Municipais vêm expropriando os modos de sobrevivência criados e dignificados como atividade produtiva, em nome da profissionalização ou da normatização. Mesmo que estas propostas tentem incorporar os catadores de lixo, o reconhecimento se estrutura na expulsão da maior parte deles. Neves reforça que:

Essa recriação produtiva em torno do lixo coloca sob visibilidade extrema o lado perdulário da sociedade capitalista de consumo. O descartável para uns segmentos passa a ser o imprescindível para outros. O lixo e a sobra de uns adquirem valor de uso para outros e de troca para o reaproveitamento. Contudo, essa apropriação exige um exercício de relativização cultural: valorização do lixo e desvalorização do coletor (NEVES, 2011 p. 117).

Essa atividade de coleta, de seleção, esse olhar atento, orientado para o princípio do aproveitamento, essa capacidade de encontrar sentido econômico e utilidade no que é rejeitado, que pressupõe a convivência com o que é negado por outros segmentos, também pressupõe a desqualificação daquele que com o sujo e o resto tem contato. E o caráter contraditório desse sistema de relações sociais novamente se revela, abrindo espaço para um novo campo de atividades econômicas sustentadas no reaproveitamento daquilo que antes fora rejeitado, mas que, pelo menos num dos momentos do processo, só se desenvolve absorvendo o trabalhador expulso de atividades mais valorizadas pela sociedade. Exige também um trabalhador que incorpora o deslocamento conforme a localização dos objetos a serem coletados, das fontes mais ricas do desperdício e do acúmulo do descartável. Para que possam

tirar maior proveito dessa atividade e o rendimento adequado possa ser alcançado, é fundamental que o trabalhador que a executa se insira numa concorrência pelos pontos de concentração do lixo, dos objetos descartáveis. E, além disso, mantenha a dominação desses territórios moralmente apossados e demarcados, segundo regras e acordos estabelecidos (Neves, 2011).

Em pesquisa realizada em Pelotas com pessoas em situação de rua, Silva (2012) buscou identificar no âmbito de um circuito de doação alimentar e em outros espaços, a dimensão relacional construída entre doadores e receptores. O suposto abandono e isolamento social que pensava encontrar entre pessoas em situação de rua foram desaparecendo diante das sucessivas observações e interações que travava com eles nesses espaços, fornecendo indícios para entender a dinâmica de seus vínculos sociofamiliares e, ao mesmo tempo, a própria dinâmica da sociabilidade entre os pares. O autor pensou, em alguns momentos, estar travando um debate em vão, querendo encontrar vínculos sociais onde estudos indicavam ausência de relações em um universo de exclusão social, pensando em debates que direcionam a população em situação de rua a processos de dessocialização. A constituição e a continuidade dessas esferas revelam o caráter inventivo e atuante destes segmentos sociais para além das representações negativas e estagnadas relacionadas a eles, vinculando-se a uma perspectiva de exclusão social enquanto fenômeno processual e relativo.

Essas questões explicitadas na pesquisa com população em situação de rua nos permitem dialogar com a categoria dos papeleiros, no que se refere a essas redes de negociação estabelecidas nas ruas com seus carrinhos, evidenciando o caráter socializador nesses circuitos percorridos pela cidade. Referenciei anteriormente o acompanhamento de Jacob em campo. Combinei de encontrá-lo em outro momento para acompanhar suas buscas, e nesse dia, estava acompanhado de outro parceiro chamado Matos. O trecho transposto a seguir do diário de campo demonstra essa dimensão relacional travada no trabalho diário dos papeleiros:

Saímos novamente pela Voluntários e ele me informou que encontraria aquele amigo mais velho que ajudou a levar o carrinho da outra vez. Ficamos esperando um tempo na esquina e Matos chegou, acompanhado de um cachorro que levava amarrado em uma corda. Perguntei onde estava o seu carrinho. Me informou que estava com um problema na roda e havia deixado estacionado próximo a um dos galpões da Vila dos Papeleiros. Naquele dia Jacob e Matos trabalhavam juntos, com apenas um carrinho. Achei interessante a parceria que os dois estabeleciam. No outro encontro, Jacob já havia auxiliado Matos. Começamos a seguir pela Voluntários em direção ao centro, só que desta vez a dificuldade era maior, pois Matos andava na frente com o cachorro (Túlio), Jacob atrás dirigia o carrinho e eu tentava ficar o mais próximo possível. Em alguns momentos tinha que subir a

calçada, pois não havia espaço para nós quatro. Os dois dividiram o trabalho naquele dia. Matos ia à frente entrando de loja em loja e abrindo alguns contêineres, enquanto Jacob levava o carrinho. Eu não conseguia conversar com eles indo atrás do carrinho, então fui ao lado de Matos na frente. Matos entrava em diversas lojas. Se relacionava muito bem com as pessoas do comércio. Me disse que 15 anos trabalhando com essas “buscas” possibilitavam essas relações. Conseguia em cada loja caixas e outros materiais que eram arremessadas no carrinho. Nesse dia não reparei preocupação por parte deles em abrir, amassar e organizar os materiais para caber mais. Questionei e Jacob me disse que depois estacionariam em algum local para tomar um café e organizar, já que estavam em dois. Além de lojas, Matos abria todos os contêineres que encontrávamos no meio do caminho. Na maioria, não encontramos muitos materiais. As pessoas com quem Matos conversava nas lojas, já o conheciam. Tinham uma relação muito próxima (Diário de Campo, 29/04/2014).

A relação entre a fluidez e a fixidez de seus movimentos pela cidade passa pela compreensão do papel e do sentido que o tecido relacional, firmado com determinados sujeitos, ocupa em suas circulações. Em conjunto com Silva (2012), pode-se dizer os trajetos que percorrem não são imprevistos, fluidos e sem rumo, mas obedecem a rede de recursos e vínculos tecidos pela negociação (Silva, 2012). O autor observa ainda, pensando nesses trajetos:

O conhecimento da cidade implica na demarcação simbólica de lugares singulares onde relações potencializam determinadas visibilidades espaciais. Se itinerários são circunscritos por vínculos, eles não expressam a trajetória completa dos sujeitos investigados. Ora, se existem redes múltiplas, submersas na aparente desordem espacial que lhes insiste em caracterizar, é fato que no espaço público algumas destas redes exibem-se com maior ênfase: são as malhas relacionais que configuram territórios, circunscvem movimentos e, ao mesmo tempo, concedem visibilidades (SILVA, 2012, p. 88).

Cabe salientar que essa rede relacional observada pelo autor ou a rede de negociação estabelecida pelos papeleiros em atividade campo coadunam-se, informando uma organização, um sentido, inserindo segmentos excluídos da sociedade em um espaço urbano, que não permite visibilizar essas relações.

3.3.3 Considerações finais

O presente capítulo orientou a discussão no sentido de entender essas redes estabelecidas e compreender essas especificidades do trabalho da categoria, com seus carrinhos. O questionamento dessas novas legislações incididas sobre esses sujeitos se torna evidente, quando se pensa que todo esse “universo” relacionado e criado em torno do trabalho que é realizado nas ruas será eliminado. O trabalho em campo proporcionou esse outro viés,

que com a discussão inicial de avaliação, produção e acompanhamento de políticas públicas, deve ser tensionado. Bermudéz (2010) observa que a etnografia, como forma de compreensão da experiência humana, permite desvendar os processos que organizam a vida em sociedade e o significado atribuído pelos diversos atores em jogo nessas experiências. A vivência etnográfica proporciona a possibilidade de reconhecer e identificar significados que não estão explícitos, porém se manifestam nas narrativas dos interlocutores e por meio de símbolos, rituais, pensamentos e comportamentos. Acompanhar os papuleiros em meio ao trânsito, em seus trajetos diários, trabalhar junto na separação dos materiais e locais de busca, se tornaram imprescindíveis para entender a dinâmica, seus processos de trabalho e relações com os seus carrinhos e com o lixo. O trabalho diário que estabelecem com a cidade, nas ruas e as redes e negociações que estruturam são processos diferentes de trabalhos de reciclagem em galpões fechados. Resgatar os saberes da experiência desses trabalhadores, ampliando o sentido do saber-fazer e do saber-tácito para uma perspectiva que afirma o protagonismo de homens e mulheres na produção integral de sua existência (FISCHER, 2003).



Figura 3. Jacob circulando pelas ruas do centro de Porto Alegre, em meio ao trânsito com seu carrinho, Fotografia, 2014.

4 CULTURA MATERIAL: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SENTIDOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS DA ATIVIDADE COM O LIXO E COM OS CARRINHOS

O capítulo propõe uma aproximação com o campo da antropologia da cultura material, refletindo sobre alguns conceitos ligados a algumas vertentes que trabalham com o estudo dos objetos, técnicas, materialidade. Referenciais teóricos que discutem a relação entre o técnico e o humano, consumo e cultura material e relações entre modelos econômicos e modos de viver serão discutidos, na tentativa de entender os mecanismos envolvidos no trabalho com o lixo e com os carrinhos. Além desse conjunto, alguns apontamentos serão esboçados sobre estigmas e questões simbólicas dessa atividade.

4.1 Modelos Econômicos e Modos de Viver

Sahlins (1972), em contexto diverso dessa pesquisa, mas buscando pensar situações econômicas em outras lógicas, destaca que em sociedades que viviam na época do paleolítico, era comum a ideia de que tinham condições muito duras de vida. Examinada de perto, sociedades de caçadores e coletores, segundo o autor, pode ser considerada a primeira sociedade afluyente original, pois por força das circunstâncias, possuía um padrão objetivamente baixo, mas visto de dentro de seus objetivos e dado seus meios de produção, todas as necessidades das pessoas eram facilmente satisfeitas:

Os mais primitivos povos da terra têm poucas posses, mas não são pobres. A pobreza não é certa relação de bens, nem simples relação entre meios e fins; acima de tudo, é relação entre pessoas. A pobreza é um estatuto social, invenção da civilização (SAHLINS, 1972).

O autor aponta que a falha processual dos estudos que interpreta a estrutura econômica desses povos através de circunstâncias materiais, foi deduzir a dificuldade absoluta de tal vida a partir de sua pobreza absoluta. Sahlins não nega que essas sociedades funcionem com limitações, mas destaca que, na maioria das vezes, há adaptações bem sucedidas. Concepções errôneas comuns como mera economia de subsistência, lazer limitado, busca incessante de comida, recursos naturais pobres e relativamente incertos, entre outros, foram atribuídos aos povos caçadores e coletores. O autor estabelece um paralelo, onde sociedades de caçadores e coletores, apesar de sua pobreza absoluta, podem ser afluentes; e sociedades

modernas, embora ricamente dotadas, podem consagrar-se à proposição da escassez. Nesse sentido o argumento de Sahlins é de que, onde não há desejo, não há falta. Da mesma forma, a riqueza pode tornar-se uma carga em algumas condições de vida, os bens podem tornar-se opressivos, quanto mais longo tenham quem ser transportados; mobilidade e propriedade são contraditórias. Não que os caçadores e coletores tenham refreado seus impulsos materiais, simplesmente nunca o instituíram. Sahlins, portanto, relativiza questões de escassez e abundância em diferentes sociedades.

As questões discutidas por Sahlins (1972) nos permitem dialogar com Douglas (2007), relacionando temas de antropologia e economia, explicitando que a pobreza não pode ser definida pela ausência de riqueza; as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas sustentam. A pobreza é culturalmente definida, não por um inventário de objetos, mas por um padrão de exclusões.

Os dois autores por vias diferentes, estabelecem relações entre modelos econômicos e modos de viver. A centralidade está na premissa de que pobreza, escassez de bens, necessidades não atendidas são culturalmente definidas e definidos pelas relações entre pessoas.

Assim como os caçadores e coletores, os papeleiros podem ser vistos como relacionados a uma forma de economia de subsistência, pois realizam suas atividades com o que poderia ser visto como escassez de recursos. Por trabalharem com o lixo estão associados à pobreza. A ideia não é negar que sofram limitações e que tenham impulsos materiais, mas problematizar essas concepções errôneas a respeito de modelos econômicos e modos de viver, centrados na ideia de “falta”.

César¹⁸, um dos meus interlocutores já citado anteriormente, demonstrava certo desconforto com as ideias associadas a seus modos de vida e a economia da Vila dos Papeleiros:

Passei pela calçada da Voluntários, um pouco depois do viaduto e encontrei dois carrinhos grandes estacionados em frente a algumas lojas e mais um carrinho de supermercado. Os carrinhos estavam com o material bem disposto e organizado. Ao lado tinha um senhor César e seu filho César Junior. Comentei sobre a organização e quantidade dos seus materiais e eles começaram a conversar comigo. César era muito falante e trocamos muitas ideias sobre lixo e sobre a profissão deles. César fazia questão de diferenciar o seu trabalho do de outros carrinheiros ou papeleiros, como ele falava. Ele disse que sua esposa estava fazendo o curso que a prefeitura oferecia de reciclagem, mas que os dois não poderiam fazer juntos, pois alguém

¹⁸ César permanecia com dois carrinhos estacionados todos os dias no mesmo local, em frente a uma loja fechada na Avenida Voluntários da Pátria. Foi um dos interlocutores mais acessíveis, pois os outros circulavam pela cidade durante o dia.

tinha que garantir o sustento da família e tinha orgulho em afirmar que aqueles materiais garantiam o aluguel, materiais pra escola do filho e comida. César reforçava sempre que aquele trabalho sustentava ele e a família. César parecia demonstrar preocupação com a relação entre trabalhar com lixo e pobreza. Nesse momento um plástico estava voando das caixas de papelão. Ele disse para o filho para recolher, para não ficar sujando a calçada. Depois de organizarem todo aquele material, levariam para os galpões para a venda e no outro dia, com o carrinho vazio retornavam para o centro, nos arredores da Voluntários da Pátria. Reforçava sempre que muitas pessoas que trabalhavam com reciclagem acabavam estragando a imagem deles, pois carregavam material o dia inteiro e depois gastavam tudo em drogas. Que seu único vício era o cigarro e que estava tentando parar. Na nossa frente tinham dois contêineres e ele disse que aqueles estavam sempre bem limpinhos, pois ali era o local dele e cuidava sempre. Mostrou outros e disse que já tinham sido trocados várias vezes, alguns quebravam. Tinha uma preocupação muito grande com a organização e limpeza do seu espaço. E falou também que se a prefeitura tirar os carrinhos, a cidade vai acumular muito lixo, pois o trabalho deles é muito importante. Disse que gostaria que tivesse um cadastro, com uma licença para usarem nos carrinhos. Ai só quem “trabalhasse sério”, teria liberação (Diário de Campo, 07/04/2014).

A preocupação de César com relação aos conceitos de pobreza, de não conseguir prover as necessidades básicas dele e da família ficaram evidenciadas no trecho exposto. A economia da Vila dos Papeleiros (relacionada ao lixo e reciclagem) não permite estabelecer um modo de viver único. O conceito de afluência definido por Sahlins (1972), onde dado seus meios de produção, todas as necessidades das pessoas são facilmente satisfeitas, também pode ser problematizado na fala de Leandra¹⁹:

Começou a contar que morava na rua e carregava todas as suas coisas no carrinho: “Minha vida tá nesse carrinho. As pessoas não acreditam que uma vida pode caber aqui”. Também informou que não ganhava muito como os outros papeleiros. Trabalhava devagar separando objeto por objeto e foi o que percebi mesmo. Informou que ganhava muitas coisas e encontrava muitas coisas no lixo também: roupas, utensílios, almofadas, tecidos, comida. Tinha o que precisava (Diário de Campo, 05/05/2014).

Cabe salientar que a fala de Leandra demonstra essas diferentes maneiras de viver, onde sociedades, apesar de sua pobreza absoluta, podem ser afluentes. Incidida sobre esses sujeitos, como reforça Sahlins, a riqueza pode tornar-se uma carga em algumas condições de vida, os bens podem tornar-se opressivos, por questões de mobilidade.

¹⁹ Encontrei Leandra em meio a dois contêineres na saída da Vila dos Papeleiros, com um carrinho de supermercado.

4.2 Consumo e cultura material

A reflexão etnográfica da atividade com o lixo, dentro dos estudos de cultura material, é permeada por questões relacionadas ao consumo. Destaca-se o trabalho de Miller (2007), que realiza pesquisas ligadas ao consumo e que investiga as consequências de pensar sobre o consumo como um aspecto da cultura material. Salienta que a maioria dos estudos é fundada em um preconceito antimaterial e parecem supor que ele é sinônimo do moderno consumo de massa. “Consumir algo é usar algo, na realidade, destruir a própria cultura material”. Tanto as críticas antigas como as contemporâneas tentam definir o consumo e condenam a porção que é feita além do que é necessário de acordo com algum padrão moral de necessidade, sendo a materialidade uma ameaça à sociedade e em particular aos valores espirituais e morais. O autor observa: “Estudos de cultura material trabalham através da especificidade de objetos materiais para, em última instância, criar uma concepção mais profunda da especificidade de uma humanidade inseparável de sua materialidade” (MILLER, 2007, p. 47).

Miller (2007) enfatiza que a mercadoria, produz uma relação, entre ela mesma e as várias pessoas que trabalham com ela, e também uma relação entre estas pessoas ao longo da cadeia. Uma abordagem de cultura material, com seu foco sobre o objeto, permite esboçar uma interpretação mais humana, já que não é separada de sua materialidade intrínseca, sendo o ponto mais comum de afinidade entre cultura material e a antropologia social.

Para reforçar o argumento de Miller (2007) por detrás da abordagem da cultura material e para entender um pouco sobre como o consumo pode levar a uma compreensão ampliada e não reduzida da humanidade, reconhecendo sua materialidade intrínseca, pode-se pensar no exemplo dos estudos com o objeto “carro”. Defrontado com o senso comum de que um carro é sempre só um carro, existiram poucas tentativas na antropologia mais convencional de submeter o carro a perspectivas mais relativísticas. A busca para entender o consumo específico de um objeto, pode ser abordada de forma mais efetiva se demonstrando a diversidade de tal consumo. Através da cultura material começou-se a compreender que o carro não é a mesma coisa para os aborígenes australianos, ou para os motoristas de táxi do Oeste Africano, e isso em parte, por causa das extensas transformações que tendem a acontecer no próprio carro.

A relevância de trazer os referenciais de Miller neste trabalho refere-se à possibilidade de pensar no papel dos objetos encontrados no lixo e seus usos. Isto é, dialogar

com a perspectiva da cultura material e enfatizar o quanto o consumo pode ser usado para entender os homens e sua relação com os objetos.

A reflexão poderia se concentrar na crítica que Miller (2007) realiza com relação aos estudos feitos até então e pensar o trabalho dos papeleiros como consequência dessa sociedade que consome em excesso e desperdiça mercadorias, gerando quantidades cada vez maiores de lixo. Ao invés disso, a pesquisa segue a orientação de pensar a humanidade inseparável de sua materialidade, através das especificidades dos objetos, evidenciando relações sociais.

Retomando a etnografia que realizei com Gaúcho, na Vila dos Papeleiros, uma situação de minha pesquisa de campo, na qual eu e Gaúcho separávamos materiais, é reveladora:

Enquanto mexíamos nos materiais brancos encontramos um pote de margarina praticamente cheio, afirmou que as pessoas desperdiçam muitas coisas. Perguntei se era comum encontrar comida ou coisas que pudesse usar em sua casa. Disse que encontrava muitos rádios, tinha vários aparelhos. Interessante foi a colocação do Gaúcho quando pegou este pote cheio de margarina. Ao tirar a margarina, colocando-a em outro saco falou que aquilo era lixo. Pensei que para nós tudo seria lixo, mas para ele não, pois o pote é material de seu trabalho, de venda; e a margarina não. Pensa o lixo de maneira diferente (Diário de Campo, 27/02/2014).

No trecho acima, Gaúcho, assim como outros papeleiros, tal como percebi no decorrer da pesquisa, estabelecem diferentes relações com os objetos. Analisar o significado dos materiais que encontravam no lixo passou a ser fundamental na pesquisa. Um pote de margarina tem diferentes sentidos para um vendedor, para um papeleiro, para uma criança; diferente sentido se estiver vazio, cheio, amassado, e ainda, diferentes relações sociais durante todo processo de produção, de venda, de consumo, de reciclagem.

4.3 Relações entre o técnico e o humano

Sautchuk (2007) em estudo abordando a pesca enquanto modo de construção da pessoa traz algumas reflexões sobre a relação entre o técnico e o humano. Em sua etnografia, enfocou dois grupos de pescadores que habitavam a Vila Sucuriju, no Amapá: algumas narrativas tratavam da pesca costeira (que é realizada em barcos motorizados, usando anzóis) e outras tratavam da pesca lacustre (efetuada em canoas a remo, usando o arpão). Estabelecendo relações distintas entre pescadores, artefatos e ambiente, as pescas lacustre e

costeira estão associadas a modalidades próprias de subjetivação, incluindo habilidades, corpos e modos de sociabilidade específicos. Como Sautchuk expõe a respeito dessas relações:

O artefato que executa a captura no mar – o anzol – é compreendido como um parceiro imprescindível, mas ao mesmo tempo um adversário pronto a pular sobre o pescador, animado pelo sistema mecânico do espinhel e do barco (SAUTCHUK, 2007, p. 3).

A fim de trabalhar essa temática, o autor utiliza referenciais teóricos, abrindo possibilidades diferentes para se considerar a relação entre o técnico e o humano. Resgata a contribuição de Mauss (2003 apud Sautchuk, 2007) tomando o corpo humano enquanto elemento a ser abordado pelo uso da técnica. Demonstra uma visão não utilitária, evidenciando a técnica como um modo de atuação em diversas esferas, não necessariamente produtivas (relativizando ideia de eficácia) e a considera como algo que varia segundo as tradições e que passa por um processo de transmissão. Destaca mais dois autores do cenário contemporâneo no campo da etnologia, que tomam a técnica como relação não simplesmente utilitária ou adaptativa entre humanos e o ambiente. Um deles é o autor Descola (1994; 2005 apud Sautchuk, 2007), que propõe conceder papel de destaque à prática – entendida como totalidade orgânica, onde aspectos materiais e conceituais estão ligados, contra formas de reprodução do dualismo mente / matéria. O outro autor nessa discussão, que dialoga com Descola (2005), é Latour (1994 apud Sautchuk, 2007) na proposição de uma antropologia simétrica, considerando que humanos formam coletivos com não humanos (animais, objetos, espíritos, etc.), e compreendendo a técnica como modalidade específica de estabelecer relações entre eles.

O estudo examina em detalhe que para além da eficiência produtiva e do domínio de saber-fazer, o engajamento em atividades técnicas implica configurações particulares da pessoa.

O argumento mais importante do autor é que a partir da observação e análise das relações entre a prática da pesca e a instituição do pescador se pode apreender de uma perspectiva o processo de engajamento corporal e subjetivo suposto na construção da pessoa, pensando no pressuposto de considerar a técnica e, particularmente, de considerar a inserção do humano nos contextos técnicos. No âmbito do pressuposto antropológico, que o humano se configura pelas relações, não apenas com outros humanos, mas com os não humanos (artefatos, animais) que constituem, juntamente com ele, os contextos práticos. Traça uma

relação entre a prática da pesca e a instituição do pescador, partindo da hipótese que, nesses casos, a construção da pessoa como pescador (seja lacustre, seja pescador de fora) se dá por meio do engajamento corporal e engajamento subjetivo; estabelecimento do sujeito através de práticas. Essa forma de considerar a atuação no âmbito dos processos técnicos busca evitar as compreensões pré-estabelecidas do sujeito como mero resultado da adaptação aos demais elementos (ambiente e artefatos) ou como ator que detém e aplica o saber fazer ou o conhecimento sobre eles.

A análise que Sautchuk estabelece entre pescadores, artefatos, diferentes tipos de pesca, associadas a modalidades próprias de subjetivação, incluindo habilidades, corpos e modos de sociabilidade específicos, pode ser transposta para a atividade dos papeleiros, associando às diferentes maneiras de coleta de materiais, utilização dos carrinhos e diferentes técnicas de triagem. Com o propósito de analisar as técnicas e estabelecer estas relações e aproximações, alguns trechos do diário de campo de diferentes interlocutores da pesquisa são apresentados a seguir:

Gaúcho acendeu seu cigarro e começou a me mostrar como os materiais eram colocados no carrinho. Primeiro eram as caixas com papelão, depois as sacolas. Disse que tinha que separar garrafas brancas, transparentes e coloridas em diferentes sacolas, pois pagam menos para materiais misturados. Eu me agachei e comecei a colocar as garrafas enquanto ele segurava a sacola. Primeiro separamos as garrafas transparentes. Disse que eu aprendi rápido a diferenciar as brancas das transparentes (Diário de Campo, 27/02/2014).

O carrinho de Leandra estava estacionado no meio de dois contêineres. Nele havia várias sacolas de cores diferentes pendurados, uma vassoura, um espelho. O carrinho não era como os outros, grandes. Era um carrinho de supermercado. Leandra abria calmamente cada contêiner. Colocava duas caixas de madeira nas pontas para deixá-lo aberto e ia de um lado para outro, pegando sacola por sacola, abrindo e separando poucos objetos. Naquele período que fiquei com ela, não consegui muitos materiais. Algumas latinhas, alguns plásticos coloridos. Ia pegando, limpando um por um e colocando nas suas sacolas separadas. Estava separando com ela e mostrando o que encontrava nas sacolas (Diário de Campo, 05/05/2014).

Nesses trechos, algumas técnicas que utilizavam na separação dos materiais são apresentadas por Gaúcho e Leandra. Assim como Sautchuk orienta o estudo da prática da pesca e a instituição do pescador por meio do engajamento corporal e subjetivo, a prática da coleta e triagem podem orientar a instituição do catador, carrinheiro ou papeleiro. De modo similar, pescadores e papeleiros, no âmbito dos processos técnicos descritos, não possuem uma relação simplesmente utilitária ou adaptativa entre humanos e o ambiente.

Há, ainda, no trabalho de Sautchuk (2007), um fator importante a destacar relacionado às formas dos diversos elementos envolvidos em um coletivo determinado. Aponta dois problemas presentes na análise da cultura material que são as dicotomias entre o simbólico e o material, sujeito e objeto, determinantes técnicos e sociais:

O engajamento do pescador no barco é, inseparavelmente, condição material e fundamento dos sentidos atribuídos à pesca costeira; e o pescador é ao mesmo tempo atuante e parte de um sistema onde ele se coloca como elemento – é nessa “duplicidade” de condições que se configura sua subjetividade, centrada na disposição para ser ativo (SAUTCHUK, 2007, p. 295).

Nessa duplicidade explicitada pelo autor, refletindo que o “engajamento do pescador no barco, é inseparavelmente, condição material e fundamento dos sentidos atribuídos à pesca costeira”, situo a condição do papeleiro, problematizando essa dicotomia entre sujeito e objeto, procurando atribuir outros sentidos à retirada dos carrinhos dessa categoria. O corpo e o carrinho nessa relação de constituição dos papeleiros, na proposição de que o engajamento em atividades técnicas implica configurações particulares da pessoa. Por esse ângulo, a retirada dos carrinhos e inserção em outras profissões ou em outros modos de trabalhar com lixo e reciclagem, redimensiona a problemática. Assim como a pesca costeira (em barcos motorizados, usando anzóis) e a pesca lacustre (em canoas a remo, usando o arpão), engendram diferentes modalidades de subjetivação dos pescadores, a coleta e reciclagem de materiais com os carrinhos nas ruas e a que é feita em galpões ou unidades de triagem²⁰, engendram diferentes tipos de papeleiros. Para reforçar o argumento dessa relação com os objetos, desses sentidos atribuídos aos carrinhos, segue a exposição de alguns trechos da atividade de campo:

O carrinho de Alexandra era grande e em cada ponta tinham sacolas plásticas de cores diferentes para cada tipo de material. Papelão, vidro, sacolas plásticas brancas, transparentes, coloridas, entre outros. Pegava os plásticos, tirava algum resíduo líquido ou sólido e amassava com o pé, antes de colocar nas sacolas do carrinho. Informou que carregava por dia, com seu marido de 200 a 250 quilos e conseguiam por mês uns mil e poucos reais. Falou que saía cedo de casa e ficava pela manhã nos arredores da Vila. À tarde, ficava pela Rua das Andradas, deixava seu carrinho estacionado na esquina da Andradas com a Borges (Diário de Campo, 04/04/2014).

César dividia seus carrinhos. Um ficava cheio de sacolas pretas fechadas e o outro ficava vazio e com diferentes sacolas nas laterais e na ponta. Explicou que um carrinho é para ir colocando os materiais que eles buscam nas lojas e nos prédios e o

²⁰ O termo galpões era utilizado por alguns papeleiros e o termo unidades de triagem (UT) era utilizado por outros. A diferença entre os termos é que UT's são cadastradas e possuem registro junto à prefeitura.

outro é o que fica com os materiais já separados - papelão, plásticos coloridos, brancos, transparentes, pet, vidro (Diário de Campo, 25/04/2014).

Jacob tinha um carrinho maior que os outros e o manejo era mais difícil. Atravessamos a rua Farrapos e ele estacionou o seu carrinho, próximo a lombada. A maneira de estacionar também segue regras como qualquer carro. Vai para frente e para trás, tentando encostar o mais próximo da calçada para não ocupar tanto a rua. Possui o lado que pode se chamar “direção” em que seguram e conduzem o carrinho e no outro um pneu, que é colocado na parte de baixo para poder estacionar, de forma que a direção fique para cima. Em alguns são colocados pneus reserva nas laterais, caso tenham que trocar. Nesse carrinho de Jacob, também eram acopladas nas laterais um espelho, uma vassoura, pá e muitos panos - utilizados depois que mexem nos contêineres, para não deixar muitos restos na calçada (Diário de Campo, 29/04/2014).

Leandra comentou falou que existiam muitas diferenças de carrinhos. Alguns utilizavam apenas para trabalho; outros para trabalho e carregamento de pertences pessoais “como se carregassem a sua casa”, “uma casa móvel”. Percebi que os que utilizavam carrinho de supermercado, carregavam também muitos pertences e não apenas materiais. Me informou que os que possuem estes carrinhos maiores compram pelo valor de quatrocentos reais mais ou menos, assim como José havia me informado. Mas que grande parte deles, que não têm dinheiro para comprar pedem doação desses carrinhos de supermercado e andam com eles, trabalhando e levando os seus pertences. Não conseguem vender e juntar tantos materiais. Trabalham e vendem somente o que encontram nos contêineres. Já tinha reparado que muitos dormem no Viaduto da Conceição e colocam os seus carrinhos de supermercado virados para protegerem seus pertences (Diário de Campo, 05/05/2014).



Figura 4. Carrinho utilizado para guardar e proteger pertences no Túnel da Conceição, Fotografia, 2014.

Sendo assim, as relações entre o técnico e o humano não podem estar dissociadas da construção e constituição dos sujeitos. A partir dos referenciais teóricos apresentados, a análise de retirada dos carrinhos e a proposição de novas técnicas de coleta e triagem ganha contornos muito problemáticos para aqueles que se utilizam dos carrinhos e das formas de coleta realizadas a partir de tais elementos, uma vez que se trata não apenas de substituição de um meio de trabalho, mas sim de uma modalidade de subjetivação que produz os papelheiros.

4.4 Dimensões simbólicas da atividade dos papelheiros: entre impurezas, poluições e contágios

Para finalizar o capítulo, que foi orientado no sentido de refletir sobre questões relacionadas à cultura material, problematizamos, por agora, o fato de essa categoria estar inserida em um contexto de trabalho nas ruas, de estar associada à pobreza, à sujeira e ao que é desperdiçado e eliminado pela sociedade, sugerindo alguns apontamentos.

Graeff (2012), em pesquisa realizada com pessoas em situação de rua de Paris, discute que, muitas vezes, o universo da rua, não se restringe a uma luta pela sobrevivência e contra as dificuldades de ordem material. Do ponto de vista das pessoas pesquisadas, viver na rua em Paris, é, sobretudo, uma luta contra a precariedade presente na aparência das pessoas. Uma luta não mais pela sobrevivência, mas contra o desrespeito social. As repercussões sociais de um corpo precarizado, transformado negativamente pelas condições sociais nas quais ele se inscreve, são as de um corpo que causa mal estar. Retirar esses “corpos precários” das ruas elimina de certa forma, esse mal estar causado na população em geral.

Na busca de compreensão da atividade nas ruas e com o lixo, Costa (2007) problematiza algumas fronteiras entre população de rua e catadores. Em pesquisa realizada no centro paulistano em 2005, buscou descrever e interpretar os usos e sentidos atribuídos pelos catadores moradores de rua ao lixo urbano e ao centro da cidade. O autor observa que os catadores através da fala de que lixo não é lixo, procuram purificar simbolicamente os seus elementos de trabalho, tirando toda carga negativa: poluição, contágio, impureza. Passam a falar em materiais recicláveis, pois a reciclagem atualmente está associada a outros termos como natureza, economia de recursos e qualidade de vida. Ao realizar este deslocamento semântico de lixo para material reciclável, a figura do catador consegue desvencilhar-se de possíveis impurezas semânticas e atribuir para si positivities, antes desconhecidas.

Amarrando esses temas e conceitos de purificação, poluição e contágio, temos a perspectiva clássica de Douglas (1996), que faz algumas considerações com relação a noções

de impureza e higiene. Quase todos os relatos de missionários e viajantes sobre religiões primitivas falavam do medo, do terror e do assombro em que viviam os seus crentes. Os primitivos estavam convencidos de que aqueles que, por não estarem avisados, atravessassem alguma linha interdita ou se encontrassem em um estado de impureza seriam vítimas de horríveis catástrofes. A higiene mostrava-se como um excelente caminho, desde que fosse seguida com algum conhecimento. Para a autora, tal como se conhece, a impureza é essencialmente desordem; a impureza absoluta só existe aos olhos do observador e só pode existir num sistema simbólico, um sistema de relações. Nesse sentido, a impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a não se faz um gesto negativo; pelo contrário, esforça-se positivamente por organizar o nosso meio.

É nesse sentido que a autora aponta que a dificuldade não está em perceber a utilidade das crenças relativas à poluição (em que cada um reivindica ou contesta um dado estatuto na sociedade), mas estudando de perto estas crenças, descobre-se que os contatos que se julgam perigosos também transportam uma carga simbólica. É neste nível, que as noções de poluição se relacionam com a vida social. Compreende, ainda, que algumas poluições servem de analogias para exprimir uma ideia genérica da ordem social. Que estas noções de perigo poderiam ser interpretadas como a expressão simbólica das relações entre diferentes elementos da sociedade, como o reflexo duma organização hierárquica ou simétrica válida para todo o sistema social.

Trabalhando com essa ideia de relações simétricas ou não dentro do sistema social, Goffman (1988), analisa o conceito de estigma, que pode ter um efeito de descrédito, um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. Constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. O termo estigma é utilizado em referência a um atributo profundamente depreciativo. Trata-se de uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. O estigma passa pela questão que um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. O estigma envolve um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.

Nos referenciais teóricos apresentados, destacam-se algumas situações vivenciadas em campo e percebidas no decorrer da pesquisa. A atividade com o lixo e todos os fatores a ela associados pelas pessoas, entre eles, os cheiros, o desconforto, o perigo e a sujeira, estão na mesma relação com quem realiza a atividade: os papeleiros. Trabalham nas ruas, em circulação constante, sujeitos às mudanças climáticas. Estas situações proporcionaram algumas sensações que merecem ser compartilhadas nesse texto. Enquanto os ajudava, pensava nesta relação de trabalho e lixo. Minhas mãos estavam todas sujas, pois restos de bebida e comida ficavam nos materiais. Várias moscas e abelhas rondavam, dificultando nosso trabalho. Em vários momentos procurava uma sombra em meio ao trânsito, pois não conseguia suportar o calor. Não tive atividade em dias de chuva, mas comentaram que circulavam pela cidade da mesma forma.

A relação da maior parte da população urbana com o lixo é diferente. Lixo é tudo aquilo que não presta, que não vale, cheira mal, que deve manter-se longe. Alguns papeleiros confessaram que no início tinham vergonha de trabalhar com lixo, mas que depois, tinham orgulho. Para eles, era um trabalho digno. Dessa forma, entre questões de sujeira, poluição, impurezas, havia espaço para outros sentidos (entre outros, beleza, limpeza, vaidade e cuidado), como demonstrou Leandra, na busca pelos materiais em contêineres:

Leandra me chamou a atenção. Era muito vaidosa. Usava lenços coloridos, pulseiras douradas em grande volume, batom e maquiagem. Um vestido em cima de suas calças e o cabelo com um penteado diferente. Perguntei se encontrava roupas e enfeites, já que ela era tão vaidosa e preocupada com a aparência. Estava separando com ela e mostrando o que encontrava nas sacolas. Encontrei um colar e mostrei. Ficou muito feliz e já colocou no pescoço. Disse que não conseguia locais pra tomar banho todos os dias, mas que procurava estar sempre bonita e arrumada. Que estava sozinha nas ruas e a qualquer momento poderia encontrar alguém (Diário de Campo, 05/05/2014).

Leandra procurava, tal como assinala Costa (2007), através de algumas falas sustentar que “lixo não é lixo”, procurando purificar simbolicamente, tirando toda carga negativa, desvencilhando a figura do catador a possíveis impurezas semânticas e atribuindo positivities, antes desconhecidas. Merece destaque, nesse sentido, a contribuição de Graeff (2012) trazendo as repercussões sociais de um corpo precarizado, transformado negativamente pelas condições sociais nas quais ele se inscreve. Em campo com Leandra, e outros interlocutores, pude desconstruir essa imagem, que em conjunto com os referenciais citados anteriormente convergem para a figura do papeleiro. Suas preocupações e sua

atividade em nada se relacionavam com os conceitos de poluição, de impureza, de sujeira e de corpos precários, tão comumente associados às suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa procurou-se compreender como a categoria de trabalhadores conhecidos como papeleiros está se adaptando com relação aos processos de mudanças que estão ocorrendo na cidade de Porto Alegre. Em um contexto de recentes restrições, no município, com relação à Lei Complementar 728/2014 que institui o novo Código Municipal de Limpeza Urbana e com a Legislação 10531/08 que proíbe a utilização de carroças nas ruas da cidade e posterior restrição dos carrinhos (prazo de retirada até o ano de 2016), ofertando cursos em um programa para trabalharem em Cooperativas (Todos Somos Porto Alegre), verifica-se uma nova configuração para estes trabalhadores.

Através de uma pesquisa antropológica cujo trabalho de campo se realizou no primeiro semestre de 2014 e cujo local de partida foi a Vila dos Papeleiros (localizada na Avenida Voluntários da Pátria), houve o acompanhamento das rotinas de trabalho de alguns papeleiros, assim como de seus trajetos pela cidade com seus carrinhos, onde se buscou compreender a relação que a categoria estabelece com o lixo e com a cidade, através do seu instrumento de trabalho, o “carrinho”, pelos diferentes trajetos percorridos nas ruas; como se estabelecem as redes e negociações com a população, para busca e coleta desse lixo e o interesse e concordância dessa categoria com relação aos novos cursos ofertados pela prefeitura, posterior inserção em cooperativas e retirada de seus carrinhos até 2016.

Por meio de conversas informais, acompanhamento desses trabalhadores pelas ruas da cidade e todas as discussões aqui abordadas, pode-se verificar a importância dos carrinhos, nesses cenários, não apenas como objeto de trabalho, mas como elemento subjetivador do papeleiro, revelando-se o próprio fio condutor da pesquisa. Em um esforço de síntese, a análise que foi realizada com relação às novas legislações e políticas públicas voltadas aos papeleiros, a partir dos estudos de antropologia na análise de políticas públicas, pôde compreender os sentidos, múltiplas interpretações e conflitos associados ao tema.

O estudo evidenciou como a constituição de formas de governo, que se realizam em torno da questão urbana, definem modos e formas de circulação legítimas na cidade, trabalhando com ideias de que a inserção em mercados formais de trabalho, não circulação e triagem de lixo nas ruas, possibilita melhores condições de vida a esses trabalhadores. Como se verificou na atividade em campo, a inclusão destes trabalhadores e retirada deles das ruas não foi questionada em uma dimensão simbólica, da produção da repulsa a certos modos de trabalho e vida urbana, mas sim, justificada em nome de novos projetos de cidadania e de

novos modos de inserção social. Revelou-se, nesse sentido, que uma atividade profissional e modos de vida estão ameaçados de extinção num contexto urbano de política higienista.

Outra problemática desenvolvida na pesquisa e que confirma a hipótese inicial do trabalho se relaciona às redes de negociação que são estabelecidas pelos papeleiros. Através dos trajetos percorridos pela cidade com seus carrinhos, tais profissionais estabelecem redes com a população, funcionando como mecanismos de sociabilidade, de inclusão social, dentro de um contexto de exclusão que sofrem pelo fato de trabalharem com lixo. A retirada dos carrinhos elimina todo esse “universo” relacionado e criado em torno do trabalho que é realizado nas ruas. O carrinho possibilita estas trocas e atravessa um pouco estas relações com o trânsito, com a cidade, com as pessoas que circulam e trabalham nas ruas. Na fala dos meus interlocutores, foi perceptível esse caráter socializador de “buscas” e “combinações”. Nesses caminhos, ajudam colegas papeleiros, conversavam com pessoas do comércio, com pedestres, com motoristas, com compradores nos galpões, entre outros contatos; os trajetos que percorrem não são imprevistos e sem rumo, mas obedecem a uma ordem, a uma rede de recursos e vínculos.

No que se refere aos estudos de cultura material e sentidos simbólicos e sociais da atividade com o lixo e com os carrinhos, foi possível entender que, embora a categoria possa ser vista como uma economia de subsistência e com escassez de recursos, não é possível estabelecer um modo de viver único. Cabe salientar que a fala de Leandra e Gaúcho demonstraram essas diferentes maneiras de viver, onde apesar da pobreza que possam estar associados, têm suas necessidades atendidas. Através do estudo das técnicas, pode-se concluir que os papeleiros, no âmbito dos processos técnicos, não possuem uma relação simplesmente utilitária ou adaptativa entre o humano e o ambiente. A dicotomia entre sujeito e objeto foi problematizada, procurando atribuir outros sentidos à retirada dos carrinhos, entendendo o corpo e o carrinho nessa relação de constituição dos papeleiros, em configurações particulares da pessoa. Por esse ângulo, a retirada dos carrinhos e inserção dos papeleiros em outras profissões ou em outros modos de trabalhar com lixo e reciclagem redimensiona a problemática, possivelmente engendrando diferentes tipos de modalidades de subjetivação na atividade dos papeleiros.

Por outro lado, a permanência do trabalho nas ruas e com o lixo sugere estigmas que são frequentemente atribuídos aos papeleiros. Essa categoria, na maioria das vezes, é associada a conceitos de poluição, de impureza, de sujeira, de precariedade. Através do

acompanhamento de Leandra e Gaúcho, algumas ideias foram desconstruídas e foi possível atribuir outros sentidos á atividade como beleza, limpeza, vaidade e cuidado.

É oportuno ressaltar que, no decorrer da pesquisa, outras dimensões de análise se revelaram importantes, como entrevistas com “atravessadores” (trabalhadores dessa rede informal que vendem para as indústrias e compram dos papeleiros), entrevistas com comerciantes que doam os materiais, entrevista com algum representante do programa “Todos Somos Porto Alegre” e um registro fotográfico mais detalhado dos processos de trabalho. Devido ao curto período de realização da monografia, estas sugestões permanecem para continuidade e aperfeiçoamento do estudo.

Por fim, espera-se que a pesquisa tenha contribuído, através das questões formuladas em como se configuram as relações dessa categoria de papeleiros com o lixo, com a cidade e com seus carrinhos, não só para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre o assunto, mas também para o aperfeiçoamento ou criação de políticas públicas que auxiliem na melhoria das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores e para modos mais inclusivos de gestão urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e Teoria Social: Revendo os Fundamentos do Conceito. Londrina, v. 12, n. esp., 2007 .

BEAUD, S. e WEBER, F. Guia para pesquisa de Campo: Produzir e Analisar dados Etnograficos. Petropolis: Editora Vozes 2007.

BRASIL. LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acessado em: 13/04/2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acessado em: 08/06/2014.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. A Rua em Movimento. Experiências Urbanas e Jogos Sociais em torno da População de Rua. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007.

DAMO, Arlei Sander. OLIVEN, Ruben George. O Brasil no Horizonte dos Megaeventos Esportivos de 2014 e 2016: Sua Cara, Seus Sócios e seus Negócios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens vinte anos depois. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 17-32, jul./dez. 2007.

_____. Pureza e Perigo. Ensaio sobre a Noção de Poluição e Tabu. Rio de Janeiro, 1996.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia da Duração nas Cidades em suas Consolidações Temporais. Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.107-126.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível e necessária. Trabalho e Educação. V. 12 n. 1. jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1230/992>> Acessado em 12/04/2014.

FLEISCHER, Soraya. SCHUCH, Patrice (orgs). Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica. Editora UNB. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgedu/Texto2_Etica.pdf> Acessado em: 28/02/2014.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba. Desvendando Máscaras Sociais.

FOUCAULT, Michel. (2005) "Aula de 17 de março de 1976" In: Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158%20klaus%20frei>> Acessado em: 20/02/2014.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Disponível em: <<http://www.se-rj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional2011sem01noite/ESTIGMA.pdf>> Acessado em: 04/02/2014.

GRAEFF, Lucas. Corpos precários, desrespeito e autoestima: O caso de moradores de rua de Paris-FR. Psicologia USP, São Paulo, 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Apresentação Dossiê Fazendo Estado. O Estudo Antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v.55 Nº 2.

MILLER, Daniel. Consumo como Cultura Material. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

NEVES, Delma. Habitantes de Rua e vicissitudes do trabalho livre. Antropolítica (UFF), v. 2, p. 100-130, 2011.

NEVES, Marcos Freire de Andrade. A Estética do Acaso: Um Estudo Antropológico sobre a Dinâmica Estética e Econômica na Vila Chocolateiro. Monografia de Conclusão de Curso. Porto Alegre, 2011.

PADOIN, Isabel Graciele. Trajetórias de Vida dos catadores do Antigo Lixão da Caturrita: a Interface entre Empoderamento, Pobreza e Meio Ambiente. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, 2010.

Pesquisa nacional de Saneamento Básico 2008. Ministério das Cidades IBGE. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf> Acessado em 08/06/2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. LEI COMPLEMENTAR Nº 728, DE 8 DE JANEIRO DE 2014. Código Municipal de Limpeza Urbana. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000033832.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acessado em 13/04/2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. LEI Nº 10.531, de 10 de setembro de 2008. Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana. Disponível em: <

http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/integrais/Lei_10531.htm> Acessado em: 13/04/2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Centro de Pesquisa Histórica vinculada a Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura. História dos Bairros de Porto Alegre. PROCEMPA. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf> Acessado em: 09/06/2014.

SAHLINS, Marshall. The Original Affluent Society - Stone Age Economics. Tradução: Betty M. Lafer, 1972.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. O Arpão e o Anzol. Técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). Tese de Doutorado. Brasília, 2007.

SHORE, Cris. La antropologia y el Estúdio de la Política Pública: Reflexiones sobre la “Formulación” de las Políticas. Antípoda n°10, enero – junio de 2010 páginas 21- 49.

SILVA, Eliane Simões. Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos: e os Catadores? Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007.

SILVA, Simone Lira. Negociando Identidades: Uma etnografia entre Trabalhadores com o Lixo em Santa Maria, RS. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, 2010.

SILVA, Tiago Lemões. Família, Rua e Afeto: Etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua. Dissertação de Mestrado. Pelotas, 2012.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira em Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>> Acessado em: 20/02/2014.

TEIXEIRA, Carla Costa. A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v.55 N° 2.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 59, 2009, p.11-18.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira Nunes (org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Referências online:

Site Terra: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/porto-alegre-restringe-circulacao-de-carrinhos-e-carrocas,a716cc80cd0d0410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>> Acessado em 20/05/2014.

Site cidade mais humana: <<http://www.cidademaishumana.com.br/site/2013/10/lei-das-carrocas-proibir-nao-e-a-solucao/>> Acessado em 21/05/2014.

Site Unisinos: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518263-lei-das-carrocas-as-pessoas-que-catam-lixo-em-porto-alegre-sao-excluidas-da-sociedade-entrevista-especial-com-sebastiao-melo>> Acessado em 21/05/2014.

Site Sul21: <<http://www.sul21.com.br/jornal/cerca-de-3-mil-carroceiros-e-carrinheiros-comecam-mudar-de-atividade/>>
<<http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegre-lei-das-carrocas-e-criminalizante-diz-sociologo-e-ex-catador/>>
<<http://www.sul21.com.br/jornal/prefeitura-avalia-positivamente-projeto-que-restringe-carrocas-nas-ruas-de-porto-alegre-e-inicia-nova-etapa/>> Acessado em 25/05/2014.

Site prefeitura de Porto Alegre: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=89>
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgae/default.php?p_secao=59> Acessado em 28/05/2014.